

DIRETRIZES PARA

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Grupo interagência
de reintegração infantil

DEDICATÓRIA

Dedicamos estas diretrizes à memória de Alison Lane do JUCONI, no México e Indrani Sinha da Sanlaap, na Índia, ambas membros do grupo principal, criadoras destas diretrizes.

Através de seu incansável trabalho com crianças e adolescentes vulneráveis no México e na Índia, elas nos mostraram que é possível reintegrar crianças e adolescentes de forma efetiva, mesmo sob as mais difíceis circunstâncias. Suas visões sobre como possibilitar a volta de crianças e adolescentes para suas famílias continuam vivas nessas diretrizes.

SUMÁRIO

Créditos	i
Prefácio	ii
1. Introdução	1
1.1 Por que estas diretrizes são importantes	1
1.2 Definindo a reintegração e o escopo das diretrizes	1
1.3 Como estas diretrizes foram desenvolvidas	2
1.4 Usando as diretrizes	2
2. Reintegração em estruturas jurídicas e políticas internacionais	3
3. Princípios	4
3.1 Priorizar a unidade familiar e focar na criança	4
3.2 Incorporar a reintegração a sistemas mais amplos de proteção à criança e ao adolescente	5
3.3 Ter uma abordagem baseada em direitos	8
3.4 Não causar danos	9
3.5 Envolver um grande número de partes interessadas	10
4. Trabalhando com crianças e adolescentes e famílias individualmente	13
4.1 Estudo social e o ritmo do processo de reintegração	13
4.2 Os estágios no processo de reintegração	14
4.2.1 Localização, avaliação e planejamento	16
Avaliação da criança/adolescente	16
Localização da família e Determinação do Melhor Interesse da Criança	16
Avaliação da família	18
Avaliação da comunidade	19
Desenvolvendo um plano	19
4.2.2 A preparação de crianças, adolescentes e famílias	21
Garantindo um ambiente pré-reintegração acolhedor	21
Lidando com discriminação e questões de identidade	22
Abordando abuso, negligência, violência e exploração na família	23
Atendendo às necessidades da saúde física e mental, reagindo ao vício	23
Ajudando crianças e adolescentes com deficiências	24
Planejamento para educação e treinamento de competências para a vida	25
Fortalecimento da economia das famílias e apoio material	26
Outras formas de apoio	27
Determinando quem realizará o monitoramento e acompanhamento posterior	27

4.2.3 O contato inicial entre criança/adolescente e família e a reunificação	28
Contato inicial com as famílias	28
Reunificação familiar	29
4.2.4 Apoio pós-reunificação	31
Monitorando o bem-estar da criança	31
Acompanhamento posterior	32
Reunificação espontânea ou repentina	33
Reintegração e estratégias de prevenção à separação	33
4.2.5 Encerramento de caso	34
5. Trabalhando com comunidades e escolas	35
<hr/>	
5.1 Trabalhando com as comunidades	35
5.2 Trabalhando com escolas	36
6. Monitoramento e avaliação	37
<hr/>	
7. Conclusão	41
<hr/>	
Glossário de termos-chave	42
Referências	44
Anexo 1: o processo de desenvolvimento das diretrizes e as instituições envolvidas	47

CRÉDITOS

Estas diretrizes foram escritas por Emily Delap da Family for EveryChild e Joanna Wedge (consultora) em nome do grupo interinstitucional reunido para elaborar estas diretrizes internacionais sobre Reintegração Familiar. O processo de desenvolvimento do conteúdo foi elaborado por um grupo principal de 14 instituições presidido pela Family for EveryChild, incluindo representantes das seguintes instituições:

Better Care Network, CESVI, CPC Learning Network, ECPAT, Faith to Action Initiative, Friends International, Juconi Foundation, Maestral, Next Generation Nepal, Retrak, Save the Children, UNICEF, USAID e World Vision.

Além dos 14 membros do grupo principal, as diretrizes também tiveram apoio de: Associação Brasileira Terra dos Homens, Bethany Global, Challenging Heights, ChildFund International, CINDI, Elevate Children, Hayat Sende, Hope and Homes for Children, International Social Service, LUMOS, Partnerships for Every Child Moldova, Railway Children, RELAF, Sanlaap, SOS Children's Villages, Undugu Society Kenya e Women's Refugee Commission.

O desenvolvimento dos trabalhos foi financiado por GHR Foundation.

Um total de 127 indivíduos de 66 instituições contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos (para maiores detalhes ver Anexo 1). Agradecimentos especiais a Retrak, Partnerships for EveryChild Moldova, FriendsInternational, Sanlaap e CESVI por conduzirem consultas sobre as diretrizes. Payal Saxena também concedeu amplo apoio, organizando reuniões e analisando comentários (feedback) acerca das diretrizes.

O design das diretrizes foi feito por Chasqui Design & Communications.

PREFÁCIO

Um futuro livre de medo e violência é o objetivo grandioso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas em setembro de 2015. Desenvolvida a partir da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e das recomendações do Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra a Criança, a nova agenda global compromete-se a proporcionar um ambiente propício ao pleno aproveitamento dos direitos e capacidades das crianças e adolescentes e inclui um objetivo em específico - 16.2 - pedindo o fim de todas as formas de violência contra as mesmas, sem ignorar uma criança sequer. Mas entre milhões de crianças e adolescentes que já estão sendo deixadas de lado existem aquelas que são afastadas de suas famílias pela pobreza, por conflitos ou falta de acesso a uma educação mais próxima ao lar. Essas crianças e adolescentes podem acabar migrando em busca de trabalho, ou vivendo sozinhas nas ruas, e muitas são negligenciadas em acolhimento institucional. As crianças separadas de sua família, geralmente, vivem violência e abuso e a reintegração amplia a perspectiva de proteção.

Leis e políticas internacionais reconhecem a importância da reintegração de crianças e adolescentes a suas famílias e comunidades, levando em consideração os melhores interesses da criança. Entretanto, faltam orientações abrangentes a respeito do que precisa ser feito. As políticas geralmente são incoerentes, a ação programática tem qualidade variável e o investimento em reintegração é inadequado. As diretrizes aqui contidas são uma ferramenta valiosa para superar tais desafios, promover um ambiente familiar acolhedor e aumentar a proteção às crianças e adolescentes. As diretrizes foram sendo desenvolvidas a partir da união de grandes agentes de proteção infantil que decidiram compartilhar seu conhecimento e desenvolver direcionamento prático e acessível à efetiva reintegração de crianças e adolescentes as suas famílias. Espero que estas importantes diretrizes sejam amplamente compartilhadas e adotadas por todos os níveis de governo e sociedade civil, ajudando, então, a concretizar a ideia de um mundo onde toda criança possa crescer em um ambiente familiar acolhedor, seguro e livre da violência.

Marta Santos Pais

Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças e adolescentes

Estas diretrizes fornecem um norte para todos aqueles que procuram garantir cuidados familiares a crianças e adolescentes. Crianças e adolescentes sem cuidados familiares encaram desvantagens significantes; podem apresentar desenvolvimento deficitário e danos psicológicos permanentes, podem ser menos propensas a frequentar aulas ou ir bem na escola, sendo cortadas da rede de contatos necessária para seu crescimento na vida adulta. Tendências globais associadas à separação de crianças e adolescentes e suas famílias, incluindo pobreza, conflitos e migração em massa, estão afastando crianças e adolescentes em todas as áreas, fazendo com que essas diretrizes sejam amplamente relevantes. Ser excluído de uma vida em família não só viola os direitos da criança, como também enfraquece a sociedade como um todo. Se o afastamento familiar não é abordado de maneira eficaz, prejudica-se a conquista dos objetivos do desenvolvimento nacional - da educação ao crescimento.

Estas diretrizes, construídas sobre uma sólida base de evidências, desenvolvida através de incansável pesquisa documental que investigou boas práticas de reintegração com crianças e adolescentes afastadas de suas famílias em casos de emergência, crianças e adolescentes que foram "soldados", crianças e adolescentes em situação de rua, crianças e adolescentes institucionalizadas, crianças e adolescentes migrantes e crianças e adolescentes que foram traficadas. As diretrizes constituem uma ferramenta valiosa para pessoas com poder de decisão, que elaboram programas e profissionais da área, e oferecem um mapa vital para a reintegração de crianças e adolescentes.

Neil Boothby PhD.

Professor Allan Rosenfield

Mailman School of Public Health, Universidade Columbia

1. INTRODUÇÃO

1.1 Por que essas diretrizes são importantes

É de conhecimento geral que ter uma família protetora e que oferece segurança é essencial para o crescimento e desenvolvimento de meninos e meninas¹. Logo, grandes esforços precisam ser feitos para reintegrar as milhões de crianças e adolescentes que atualmente estão separadas de suas famílias e comunidades². Reintegração familiar é o que a maioria dessas crianças e adolescentes e suas famílias desejam (BCN et al. 2013), e a perda do cuidado familiar pode ter um impacto fundamental no bem-estar e desenvolvimento da criança (Family for EveryChild 2014b). Apesar da importância da reintegração familiar, falta, até então, sólida orientação para que tal aconteça de forma segura e eficiente. Estas diretrizes tentam preencher essa lacuna. Elas exploram princípios transversais de boas práticas em reintegração infantil e oferecem direcionamento no desenvolvimento de programas para trabalho com crianças e adolescentes, escolas, famílias e comunidades. Elas são destinadas primeiramente a gestores de programas de proteção infantil em áreas de renda baixa e média-baixa. No entanto, formuladores de políticas e aqueles que trabalham com situações de renda mais favoráveis podem considerá-las informativas.

1.2 Definindo reintegração e o escopo das diretrizes

Para efeito destas diretrizes, a reintegração é definida como:

“O processo de uma criança afastada da família fazendo o que se espera ser uma transição permanente de volta a sua família e comunidade (geralmente de origem), a fim de receber proteção e cuidados além de encontrar um sentimento de pertencimento e propósito em todas as esferas da vida.”³

Portanto, estas diretrizes vão além de mero reagrupamento físico da criança com sua família, considerando como um longo processo de formação de vínculos e apoio entre a criança e sua família e comunidade. As diretrizes abrangem reintegração às famílias de origem⁴ e não a inserção em meios alternativos de cuidado ou novas famílias através de adoção ou práticas similares. Elas também não oferecem detalhes sobre apoio a crianças e adolescentes que voltam a suas comunidades para viver sem suas famílias. Sabe-se que, para algumas crianças e adolescentes, voltar ao seio familiar pode não ser o mais interessante e, em alguns casos, a reintegração falha. Nesses casos, cuidados alternativos, adoção ou vida independente supervisionada podem ser necessários. Entretanto, ultrapassa o âmbito destas diretrizes cobrir as complexidades das melhores práticas de tais áreas⁵.

Estas diretrizes pretendem melhorar o processo de reintegração de todos os tipos de crianças e adolescentes afastadas de suas famílias em situações de emergência ou não, como aquelas deixando o acolhimento institucional, acolhimento familiar, unidades de medidas socioeducativas ou outras instituições; crianças e adolescentes em situação de rua; crianças e adolescentes que migraram por trabalho, foram traficadas ou usadas como soldados. As diretrizes podem ser utilizadas para dar suporte à reintegração de crianças e adolescentes afetadas por conflitos e reintegração transfronteiriça, incluindo a reintegração de crianças

1. Ver a convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, preâmbulo (UN 1989).

2. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança define como crianças meninos e meninas abaixo dos 18 anos e, assim, estas diretrizes se aplicam a todos os indivíduos dentro desta faixa etária.

3. Ver Better Care Network et al. (2013) para uma discussão mais aprofundada sobre esta definição. Deve-se lembrar que reintegração é diferente de 'reagrupamento', que se refere apenas ao retorno físico da criança.

4. Inclui o retorno aos pais ou membros da família extensa.

5. Para orientação sobre cuidado alternativo ver as Diretrizes para Cuidados Alternativos à Criança (UN GA 2010).

e adolescentes refugiadas que foram separadas de suas famílias. É necessário pontuar que as diretrizes não oferecem direcionamento detalhado às necessidades específicas de diferentes grupos de crianças e adolescentes reintegradas e não se propõe a ir a fundo às questões de reintegração transfronteiriça.

1.3 Como as diretrizes foram desenvolvidas

As diretrizes foram desenvolvidas pelo Grupo Interinstituição de Reintegração Infantil. O grupo foi formado em 2011 para pesquisar e promover práticas promissoras no apoio à reintegração familiar. Este documento é baseado em 'Reaching for Home', (BCN et al. 2013), uma extensa análise de literatura que uniu conhecimento de várias instituições a respeito de reintegração, assim como em consultas com 158 crianças e adolescentes e 127 prestadores de serviço e formuladores de políticas de 66 organizações não-governamentais, financiadores, organizações religiosas e agências das Nações Unidas em mais de 20 países. O Anexo 1 fornece maiores detalhes sobre as instituições consultadas durante o desenvolvimento destas diretrizes e de seu processo de elaboração.

1.4 Usando as diretrizes

Embora esta orientação seja relevante para todas as crianças e adolescentes afastadas de suas famílias, sua aplicação dependerá do contexto, das circunstâncias e experiências de grupos específicos de crianças e adolescentes. É essencial que os princípios gerais incluídos nas diretrizes sejam utilizados, mas que os detalhes de aplicação sejam adaptados. Como mostrado abaixo, a colaboração é essencial para garantir o sucesso da reintegração. O governo tem o dever primário de garantir que todas as crianças e adolescentes afastadas de suas famílias recebam cuidados apropriados. Desta forma, os agentes de proteção infantil são particularmente incentivados a trabalhar em conjunto com o governo.

Estas diretrizes podem ser utilizadas de várias maneiras, a considerar:

- Como documento de referência para desenvolvimento de programa e avaliação de impacto;
- Como recurso no desenvolvimento de pedidos de subvenção ou material de treinamento;
- Como uma ferramenta para ajudar governos, financiadores e outros prestadores de serviço em seus esforços para reintegrar crianças e adolescentes;
- Como base para contexto ou direcionamento, políticas ou padrões de uma instituição específica.

Cada seção destas diretrizes começa com um breve resumo que aponta seus pontos principais, seguido por um texto que contém explicações mais extensas e maiores detalhes dentro das caixas de texto. Ao longo do documento existem, ainda, exemplos que exploram o processo de reintegração em diferentes contextos, de crianças e adolescentes com históricos variados. Esses exemplos são apenas ilustrativos e não tentam cobrir um vasto leque de experiências. Ao invés disso, os exemplos visam despertar a reflexão sobre meios de aprimorar as intervenções. Quando relevante, um direcionamento global mais detalhado é mencionado no rodapé; além disso, as instituições são encorajadas a consultar leis e orientações nacionais. Esforços notórios foram empreendidos para que as diretrizes se mantivessem concisas ao máximo, enfatizando o que precisa ser feito, ao invés de fornecer todos os detalhes acerca de como os processos de reintegração devem ser promovidos.

Estas diretrizes estabelecem muitos desafios tanto para membros individuais quanto para instituições como um todo. Ao lidar com tais desafios, os agentes de proteção à criança e ao adolescente estarão mais preparados para ajudar aquelas afastadas de suas famílias a conquistarem seus direitos, fortalecendo sistemas locais de proteção à criança e ao adolescente para todos os meninos e meninas em situação vulnerável.

2.

REINTEGRAÇÃO EM ESTRUTURAS JURÍDICAS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS

Síntese

As diretrizes foram construídas sobre as estruturas jurídicas e políticas internacionais, oferecendo mais detalhes sobre como colocar em prática os princípios incluídos em tais estruturas. As estruturas internacionais existentes destacam os princípios da unidade familiar, a participação da criança e do adolescente e o agir sempre em prol dos melhores interesses da criança. Elas destacam a necessidade de investir em esforços adequados para apoiar a reintegração.

Estas diretrizes baseiam-se em estruturas jurídicas e políticas internacionais para reintegração infantil, incluindo:

- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC) (UN 1989);
- As Diretrizes sobre Cuidado Alternativo para Crianças, acolhidas pelas Nações Unidas em 2009 (UN GA 2010);
- Plano de Ação Interinstituições para Crianças Órfãs e Vulneráveis (ICRC, IRC, SavetheChildren, UNICEF, UNHCR e World Vision 2004);
- Regras das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (UN 1990);
- Protocolo relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (UN 2000);
- Padrões Mínimos de Proteção a Crianças em Ações Humanitárias (CPWG 2012);

Juntos, esses documentos destacam;

- Que a jornada de cada criança⁶ é exclusiva e singular,
- Que os princípios que auxiliam a reintegração familiar, tais como os de unidade familiar, devem sempre levar em conta os melhores interesses da criança, e envolver sua participação;
- Que reintegração não é um acontecimento isolado, mas um processo, e apoiá-la requer um significativo investimento financeiro e em equipe, ao longo do tempo.
- Que apoiar a reintegração requer fortalecimento da família para abordar a origem da separação;
- Que apoiar a reintegração pode ser um empreendimento complexo, que requer visão aberta e construtiva da equipe, e que seu leque de habilidades seja significativa;
- A necessidade de apoio intersetorial para reintegração (e, assim, a necessidade de coordenar e colaborar com colegas que trabalham com educação, saúde, subsistência, etc.).

Planos internacionais existentes oferecem um ponto de partida, mas não fornecem um extenso detalhamento que aborde os múltiplos desafios associados à reintegração de crianças e adolescentes. Este documento procura fornecer um direcionamento mais detalhado e claro aos agentes de proteção infantoadolescente.

6. No contexto internacional criança se refere a toda pessoa menor de 18 anos.

3.

PRINCÍPIOS

3.1 Priorizar a unidade familiar e focar na criança

Síntese

É essencial reconhecer a importância da unidade familiar para o desenvolvimento e bem-estar da criança e do adolescente e explorar a reintegração com a família de origem como prioridade. Famílias e crianças/ adolescentes devem estar no centro de todos os esforços de apoio à reintegração.

Governos, ONGs, organismos das Nações Unidas e outros com responsabilidade em abordar os direitos da criança e do adolescente devem reconhecer a importância da unidade familiar para o desenvolvimento e bem-estar infantoadolescente. Isso significa que é vital que se explore ativamente, como prioridade, a reunificação às famílias de origem, assim como reconhecer que a mesma pode não estar entre os melhores interesses da criança (ver seção 4.2.1 para maiores detalhes sobre tomada de decisões a respeito de reintegração). Esse princípio é importante por inúmeras razões.

- Como mostrado acima e abaixo, o valor da unidade familiar é reconhecido em leis internacionais, incluindo a CNUDC (UN 1989).
- Afastamento da segurança e acolhimento das famílias pode ser extremamente prejudicial às crianças e adolescentes. A falta de vínculos com um cuidador permanente prejudica o desenvolvimento da criança (inclusive cerebral); o afastamento é quase sempre traumático; e crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar sofrem riscos maiores de abuso e exploração (McCall e Groark 2015).
- Crianças e adolescentes separadas do convívio familiar e comunidades podem perder importante sentido de identidade cultural e ancestral (McCall e Groark 2015).
- Crianças e adolescentes têm o direito de participar de decisões que lhes afetam. A reintegração, embora nem sempre, é geralmente a sua preferência. (BCN et. al 2013; Centre for Rural Childhood 2013).

As famílias devem estar no centro de todo o processo de reintegração, e envolvidas no processo de tomada de decisões em todas as etapas, sendo suas qualidades fortalecidas e suas fraquezas trabalhadas. Para garantir o sucesso da reintegração, é essencial investir na família, assim como na criança/adolescente. As crianças e adolescentes também precisam estar no cerne dos esforços de reintegração; elas precisam ser ouvidas, e agir em prol de seus melhores interesses é primordial. Elas devem estar envolvidas em cada fase do processo.

3.2 Incorporar a reintegração a sistemas mais amplos de proteção à criança e ao adolescente

Síntese

Apoio seguro e eficiente à reintegração deve estar incorporado a sistemas mais amplos de proteção à criança. Deve haver financiamento adequado para dar apoio à reintegração, legislação e direcionamento claros em todos os estágios do processo, e uma habilidosa equipe de trabalhadores sociais infantoadolescente capaz de dar suporte a tudo isso. No entanto, em situações onde um pleno funcionamento do sistema não existe, os esforços, ainda assim, devem existir para auxiliar a reintegração. Em todo caso, é importante unir todas as partes do sistema de proteção à criança, incluindo agentes governamentais, grupos comunitários, líderes religiosos e crianças/adolescentes e famílias. É, também, essencial o trabalho com outros setores, como o de educação, de saúde, judiciário e de proteção social.

As instituições devem trabalhar com sistemas de proteção à criança e ao adolescente que funcionem adequadamente e que possam, de fato, apoiar a reintegração de todos os grupos de crianças e adolescentes afastadas de suas famílias. Devem também reconhecer as inúmeras vulnerabilidades das crianças e adolescentes e evitar focar em questões individuais ou de grupos específicos (como traficados ou crianças e adolescentes em situação de rua). Sistemas eficientes de proteção à criança incluem os seguintes componentes (AfricanChildPolicyForum et al. 2013; UNICEF et al. 2012).

- **Direcionamento e legislação nacional:** é necessário que haja políticas claras em todos os estágios do processo de reintegração, e em outras áreas relacionadas (como acolhimento institucional, trabalho infantil, registro de nascimento, identidade legal, documentação) e os governos devem trabalhar para desenvolver e integrar políticas. Em casos onde normativas e legislações apropriadas não existem, a sociedade passa a ter um importante papel.
- **Uma força de trabalho consistente para o bem-estar da criança e do adolescente:** constitui-se de uma mistura de profissionais, para profissionais e voluntários⁷; todos deverão ter habilidades específicas para contribuir no processo de reintegração efetivamente. Tanto a equipe voluntária quanto a remunerada necessitam de competências e abordagens profissionais (ver Quadro 1 abaixo). As instituições são encorajadas a diversificar sua equipe (em termos de etnias, sexo, orientação sexual e credo, por exemplo). A retenção de pessoal também é encorajada, possibilitando contínua relação com crianças e adolescentes e famílias. Em alguns casos, é necessário apoio externo para incrementar as capacidades locais.
- **Alocação de recursos e gerenciamento fiscal adequados:** suporte a reintegração de qualidade pode ter um alto custo, mas também pode trazer efeitos extremamente positivos, a curto e médio prazo, à criança e à família (e, algumas vezes, à comunidade em geral). Os orçamentos devem refletir todos os custos associados à reintegração de crianças e adolescentes. Se os fundos são insuficientes, as organizações são encorajadas a pleitear mais financiamento e considerar proativamente como atender as necessidades da criança, até completar-se a reintegração, mesmo que o financiamento externo não aconteça, já que é perigoso reintegrar uma criança sem acompanhamento posterior e monitoramento. Financiadores são encorajados a apoiar o governo a cumprir seu papel no processo. Também devem oferecer flexibilidade a fim de permitir que a reintegração aconteça no ritmo de cada criança, e não devem estabelecer metas que estimulem a reintegração apressada ou foquem em quantidade acima de qualidade. Para minimizar o preconceito, maximizar os benefícios à população em risco, e prevenir possível separação, as instituições são incentivadas a desenvolver um programa - o mais rápido possível

7. O serviço social ou a equipe de assistência social infantil podem descrever uma variedade de trabalhadores - remunerados ou não, governamentais e não-governamentais - que compõem o sistema de serviço social e contribuem para o cuidado das populações vulneráveis. O sistema de serviço social é definido como um sistema de intervenções, programas e benefícios que são fornecidos por agentes governamentais, da sociedade civil e da comunidade para garantir o bem-estar e a proteção dos indivíduos e famílias desfavorecidos social ou economicamente. O termo «equipe» é usado como referência a todos esses atores (ver <http://www.socialserviceworkforce.org/>). Neste sentido, o termo "serviço social" ou "equipe de assistência social" não se refere à categoria de Assistentes Sociais, como definido no Brasil, mas a todos os que prestam serviços à sociedade. (nota brasileira).

- de forma a beneficiar todas as crianças e adolescentes moradoras da comunidade para onde a mesma retornará, e a alocar os recursos apropriadamente.
- **Prestação de serviços e estudo de caso:** como apresentado abaixo na seção 4, reintegrar crianças e adolescentes às famílias requer trabalho individual com as mesmas e uma gama de serviços.
- **O comprometimento de vários agentes:** Governos têm uma responsabilidade geral com a coordenação dos esforços para reintegração, alocando fundos para tal e garantindo que tais esforços sejam monitorados adequadamente. ONGs, grupos comunitários, e as próprias famílias e crianças e adolescentes também desempenham papéis fundamentais. Esses agentes trazem solidez ao processo de reintegração e são confiáveis em casos onde as estruturas governamentais são inadequadas ou corruptas.
- **Parceria com outros setores:** Como a reintegração segura e eficiente é impactada por fatores como pobreza e acesso a educação, é importante desenvolver e implementar programas em parceria com agentes de outros setores - como educação, proteção social, judicial, fortalecimento econômico, manutenção da ordem e saúde.
- **Normas sociais favoráveis:** discriminação a certos grupos de crianças e adolescentes, ou normas que falham em reconhecer a importância da família, podem prejudicar os esforços de reintegração. Este assunto é abordado com maiores detalhes na seção 5.1.
- **Monitoramento e coleta de dados:** é muito importante ter evidências de qualidade nas quais basearem as decisões sobre planejamento de reintegração. Isso será discutido mais à frente, na seção 6.

Embora seja essencial que as instituições trabalhem no desenvolvimento do sistema eficiente de proteção à criança e ao adolescente descrito acima, a ausência de um sistema bem embasado e eficiente não deve ser usada como desculpa frente à incapacidade de apoiar efetivamente a reintegração de crianças e adolescentes. As instituições são incentivadas a aproveitar os pontos fortes existentes em todos os contextos a fim de encontrar formas criativas para apoiar a reintegração infantoadolescente que correspondam à realidade local; como, por exemplo, através do uso de grupos comunitários ou voluntários treinados. O exemplo 1 abaixo oferece detalhes sobre os esforços na reforma do sistema de proteção à criança no Camboja, a fim de melhor auxiliar a reintegração infantil.

Quadro 1: Exemplos de habilidades, qualidades e abordagens que a equipe de atendimento deve ter para dar suporte a uma reintegração eficaz

Para dar suporte a uma reintegração eficaz, a equipe deve ter uma série de habilidades técnicas e adotar abordagens apropriadas à reintegração. A equipe deverá, por exemplo, estar apta a fazer o seguinte⁸:

- **Reconhecer a diversidade:** As experiências de separação e reintegração das crianças e adolescentes variam imensamente de acordo com fatores como idade, sexo, razões de separação, experiências durante a separação (como discriminação étnica) e a atual condição da família.
- **Desenvolver uma relação calorosa, embora profissional, com a criança:** Saber que podem confiar em um adulto atencioso que claramente as valoriza e proporciona uma sensação de pertencimento permite que as crianças e adolescentes assumam completamente seu papel no processo e levantem qualquer questão pertinente. Confiança e constância são vitais para o desenvolvimento dessa relação.
- **Reconhecer os desafios que crianças e adolescentes e famílias enfrentam no processo de reintegração.** Por exemplo: crianças e adolescentes podem ficar preocupados com a mudança de um programa cuidadoso e com recursos para um apoio precário no lar, tendo de deixar colegas de lado ou não ter recursos. As famílias podem temer mudanças na sua dinâmica por conta do retorno da criança ao lar, ou desafios por terem de alimentar mais uma pessoa.

8. Esta é uma lista ilustrativa, e não extensiva. Para mais detalhes sobre as competências necessárias à equipe de atendimento direto, veja, por exemplo, estruturas desenvolvidas pela Global Social Services Workforce Alliance. <http://www.socialserviceworkforce.org/system/files/resource/files/Para%20Professional%20Guiding%20Princípios%20Functions%20and%20Competencies.pdf>

- **Ajudar a criança a se expressar:** este apoio inclui encorajar crianças e adolescentes a dar voz a qualquer problema e garantir a elas a habilidade de tomar decisões e construir um maior senso de poder e controle em suas vidas. Particularmente em contextos onde expressar-se publicamente pode ser perigoso, a equipe tem a responsabilidade de criar um espaço seguro e confidencial. Mesmo as crianças e adolescentes mais novas ou aquelas com deficiências que afetam sua capacidade de expressão podem participar de decisões, embora os gestores precisem disponibilizar mais tempo e competências para que a equipe possa dar suporte a elas.
- **Identificar e trabalhar pontos fortes:** Ajudar crianças e adolescentes, famílias e comunidades a identificar seus próprios recursos humanos e financeiros, e desenvolver uma estratégia de crescimento a partir deles.
- **Criar envolvimento local:** É importante estimular a responsabilidade da comunidade para com a criança que retorna. Isso deve acontecer de várias formas - através de figuras locais famosas falando de reintegração, apoio de amigos a famílias e crianças e adolescentes específicas, e/ou papéis específicos para líderes comunitários e religiosos. É importante reconhecer que o preconceito pode ser uma séria barreira à reintegração e que o comprometimento da comunidade é particularmente importante na identificação desse preconceito.
- **Agir de forma culturalmente inteligente:** É importante identificar soluções que alavanquem os métodos locais de proteção e cuidado, e identificar quais estão alinhados aos valores e crenças das crianças e adolescentes, famílias e comunidades. A equipe deverá estar apta a negociar cautelosamente soluções quando os melhores interesses da criança entram em conflito com valores e práticas culturais.

Além disso, a equipe precisará de certas qualidades para trabalhar com essas crianças e adolescentes, como empatia, respeito, paciência, perseverança e flexibilidade.

Exemplo 1: Desenvolvendo sistemas de proteção à criança para dar apoio a reintegração no Camboja

No Camboja, a USAID financiou para que UNICEF e NGO FriendsInternational trabalhassem com o Governo do Camboja a fim de desenvolver e fortalecer sistemas de proteção à criança que dessem apoio à reintegração familiar. As mudanças incluem: o desenvolvimento de políticas, direcionamento e pesquisa que apoiem a desinstitucionalização e a reintegração familiar; mapeamento extensivo que ajude a viabilizar a regulamentação de instalações de Casa Lar/ Abrigo; o desenvolvimento de fortes redes de contato para entrega de serviços e referências para crianças e adolescentes em processo de reintegração; e melhorar a capacidade da força de trabalho para o bem-estar infantoadolescente para apoiar a reintegração. Uma avaliação desse trabalho mostrou que é essencial a contratação e treinamento de equipe de bem-estar social, dado que, sem trabalhadores sociais trabalhando especificamente em reintegração, preparação adequada e acompanhamento não acontecem.

Nesse sentido, pode, então, ser útil um novo treinamento com equipes que trabalham em instalações de Casa Lar/ Abrigo que tenham fortes ligações com as crianças e adolescentes, e que, em alguns casos, podem bloquear os esforços de reintegração caso sintam não ser de seu próprio interesse ver as crianças e adolescentes de volta às casas e as suas instituições serem fechadas. A avaliação também mostrou que OSCs podem ter papéis importantes na reintegração em contextos onde há subinvestimento em serviços estatais. Estabelecer uma rede de contatos com OSCs pode: auxiliar na prestação de serviços para crianças e adolescentes que estão sendo reintegradas em locais distantes; permitir o compartilhamento de lições aprendidas, e construir relações de confiança ao invés da competição, o que ajuda nos processos de encaminhamento (EmergingMarkets Consulting para a USAID 2015).

3.3 Ter uma abordagem baseada em direitos

Síntese

Todos os esforços para promover a reintegração segura e eficaz devem ser baseados na análise de toda a gama de direitos incluídos na CNUDC, e nas leis nacionais relevantes. Todas as crianças e adolescentes, independentemente da idade, sexo, habilidade ou qualquer outra condição, têm o direito à preservação da convivência familiar. Elas têm o direito de participar de todas as decisões que as afetam, e as decisões sobre a sua reintegração devem ser tomadas primordialmente a partir de seus melhores interesses.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC) foi ratificada por quase todos os países do mundo. O seu preâmbulo reconhece a **centralidade da família** como um componente importante da sociedade e como o melhor ambiente para uma criança ser criada. O artigo 9 declara que as crianças e adolescentes não devem ser separadas de seus pais a menos que isso esteja em seus melhores interesses.

A CNUDC inclui quatro princípios fundamentais que se aplicam aos esforços de reintegração e são apresentadas no Quadro 2 abaixo.

Os direitos das crianças e adolescentes são indivisíveis e interdependentes, sem um único direito tendo precedência sobre o outro. Assim, as instituições envolvidas na reintegração devem reconhecer toda a gama de direitos das crianças e adolescentes, e esforçar-se, na medida do possível, para cumpri-los. Realisticamente, os recursos são frequentemente inadequados e/ou existem outros obstáculos, tornando-se impossível cumprir todos os direitos simultaneamente. As instituições podem precisar fazer escolhas difíceis sobre que direitos priorizar em curto prazo, embora ainda mantendo o objetivo final de cumprir todos eles.

Como um dos primeiros passos, todos os esforços devem ser feitos para **esclarecer quaisquer questões legais relativas à identidade e documentação** da criança/adolescente e sua família; dito isso, sob a CNUDC, todas as crianças e adolescentes em um território - não importa qual seja sua condição - são elegíveis para a proteção desse Estado e seus oficiais, incluindo serviços de reintegração, quer tenham sido legalmente documentadas ou não.

Quadro 2: Os princípios fundamentais da CNUDC e reintegração da criança e do adolescente

- **Não discriminação (artigo 2º):** Todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial e ser ativamente protegidas contra todas as formas de discriminação. Isto significa que os programas de reintegração não devem discriminar certos grupos de crianças e adolescentes.
- **Os melhores interesses da criança (artigo 3º):** os melhores interesses da criança devem ser considerados primordialmente em todas as decisões tomadas durante o processo de reintegração. Isso deve incluir a decisão sobre se a própria reintegração é apropriada.
- **Sobrevivência e desenvolvimento (artigo 6.º):** Todos os meninos e meninas devem ter acesso a serviços básicos de qualidade, aplicam-se a prestação de serviços de reintegração meninas e meninos.
- **Participação (artigo 12):** Meninas e meninos têm o direito de participar ativamente (dada a sua idade, maturidade, interesse, capacidades em evolução, etc.). Isso significa que as crianças e adolescentes devem estar aptas a participar tanto das decisões sobre a sua própria reinserção individual e coletivamente para transformar programas de reintegração e políticas a fim de refletir suas necessidades.

3.4 Não causar danos

Síntese

Todos os processos de reintegração devem ter como objetivo beneficiar e não prejudicar as crianças e adolescentes. Isto inclui a análise de questões como a prevenção do abuso pela equipe de atendimento ou outras pessoas envolvidas, o estigma, o consentimento informado e a confidencialidade. Todas as instituições devem realizar uma avaliação de risco para identificar e mitigar os riscos associados a cada programa de reintegração e esforços especiais terão de ser feitos em programas que envolvem a argumentação pública ou sensibilização. Como os benefícios da reintegração normalmente superam os danos, a existência de algum risco não deve ser usada como uma desculpa para não reintegrar crianças e adolescentes.

Toda reunificação e intervenções que apoiam a reintegração devem ter como objetivo beneficiar e não prejudicar as crianças e adolescentes. As instituições devem **realizar uma avaliação completa dos riscos** para determinar os danos que poderiam ser causados por intervenções de reintegração e identificar medidas para atenuar o risco às crianças e adolescentes, famílias e equipe. Essas etapas devem incluir o desenvolvimento de um **plano de proteção** junto às crianças e adolescentes para que eles saibam quem contatar caso enfrentem algum perigo uma vez reintegradas ou caso a reintegração falhe. As crianças e adolescentes devem ser envolvidas em discussões acerca de riscos, já que trarão percepções importantes. Como os benefícios da reunificação normalmente superam os danos, a existência de algum risco não deve ser usada como uma razão para não reunificar crianças e adolescentes e famílias.

Devem ser feitos esforços para pôr em prática mecanismos **adequados para salvaguardar as crianças e adolescentes de abuso ou violência** através de políticas organizacionais de proteção à criança e procedimentos para reduzir o risco da equipe ou de outras pessoas envolvidas abusarem de crianças e adolescentes em qualquer fase do processo de reintegração. Isto deve incluir um mecanismo de reclamações que permita que as crianças e adolescentes levantem tais questões.

Ao longo do processo, o **consentimento informado** assegura que crianças e adolescentes e famílias entendam e concordem com as estratégias de reintegração e apoio. Assim, é importante ser claro sobre os serviços que estão sendo oferecidos - bem como os regulamentos que regem esses serviços (por exemplo, protocolos de confidencialidade), benefícios e riscos - e, em seguida, obter a permissão do pai / responsável e da criança para continuar. É de extrema importância consultar as crianças e adolescentes regularmente e verificar continuamente o seu consentimento. Por exemplo, é importante obter o consentimento informado:

- no início da prestação de serviços;
- quando a instituição começa a coletar e armazenar informações pessoais sobre a criança e a família;
- quando a equipe compartilha informação com um novo prestador de serviço (por ex, encaminhamentos);
- quando a criança passa para a próxima fase do processo de reintegração.

Além disso, a equipe pode argumentar fortemente com os pais nas situações onde a reintegração em potencial está no melhor interesse da criança e do adolescente, mas deve aceitar a decisão da criança ou do pai / cuidador de recusar a reunificação (ver 4.2.1). O trabalhador social deve levar seriamente em consideração as perspectivas da criança e adolescente, mas deve considerar o desenvolvimento de suas competências ao determinar seus melhores interesses.

Medidas devem ser postas em **prática para armazenar registros de uma forma que mantém a confidencialidade**. As instituições **devem considerar cuidadosamente as informações que devem ser compartilhadas com a família e com a criança**. Como, por exemplo, em casos em que uma criança foi diagnosticada com HIV ou problemas de saúde mental, mas não quer que seus cuidadores saibam, devido ao medo de rejeição, ou quando há problemas no seio da família que podem afetar a criança. As

instituições devem garantir que a equipe tenha tempo e habilidade para discutir a questão com sensibilidade, compreendendo plenamente a criança/adolescente ou as preocupações da família. Embora, preferencialmente, a informação só deva ser partilhada com o consentimento da criança/adolescente, em alguns casos pode ser necessário fazê-lo sem seu consentimento, a fim de proteger seus melhores interesses (por exemplo, para garantir que a medicação seja tomada regularmente). A equipe deve, então, explicar cuidadosamente à criança/adolescente que os cuidadores serão informados, e irão ajudá-la a lidar com quaisquer consequências.

Quando os programas de reintegração envolvem ativismo, sensibilização ou campanhas de mídia é importante considerar os riscos associados ao envolvimento de crianças e adolescentes. Meninas e meninos podem ficar vulneráveis ao argumentar contra grupos poderosos, ou ao revelar histórias pessoais em plataformas públicas. Os melhores interesses das crianças e adolescentes devem ser cuidadosamente analisados antes de serem envolvidas em tais situações.

3.5 Envolver um grande número de partes interessadas

Síntese

É vital engajar no processo de reintegração uma variedade de pessoas interessadas, incluindo crianças e adolescentes, famílias, comunidades, escolas, meios de comunicação, agentes governamentais, organizações não-governamentais e o setor privado. Mapear e coordenar a reintegração e serviços relacionados é importante para uma colaboração eficaz.

É importante a realização de um amplo mapeamento de participantes relevantes no processo de reintegração para identificar pontos fortes e lacunas. Esse mapa pode incluir as crianças e adolescentes, famílias, comunidades, líderes religiosos, organizações religiosas, escolas, meios de comunicação, o setor privado e as instituições governamentais e não-governamentais. Maiores detalhes sobre os papéis desempenhados por esses grupos podem ser encontrados no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3: Os papéis desempenhados por diversos participantes no processo de reintegração

- **Crianças e adolescentes:** Ajudar as crianças e adolescentes a identificarem seus pontos fortes e necessidades é vital para o sucesso de programas de reintegração. As crianças e adolescentes podem dar apoio umas às outras e podem defender mudanças mais amplas para combater as causas da separação ou promover um maior investimento na reintegração
- **Famílias:** As famílias têm o dever primário de cuidar e, portanto, o retorno em potencial da família de origem envolve seu engajamento ativo. Bem como pais e outros responsáveis principais, também é vital que os irmãos e outros familiares cooperem nos processos de reintegração. As instituições devem procurar desenvolver os pontos fortes dentro das famílias, identificando e reforçando atitudes e comportamentos positivos.
- **Governo:** O governo nacional é responsável por proteger os direitos de todas as crianças e adolescentes e tem o dever final de garantir que a reintegração seja segura e eficaz através de leis e políticas, prestação de serviços e financiamento e profissionais adequados aos processos de reintegração. É também responsável pelo funcionamento eficaz de um sistema judiciário treinado, recrutado e independente, que pode vir a ser importante na reintegração de alguns grupos de crianças e adolescentes. Os governos fornecem serviços como educação, saúde e proteção social, que são vitais para a reintegração bem sucedida.
- **Comunidades e líderes religiosos:** Comunidades - incluindo grupos religiosos - podem desempenhar um papel fundamental na redução do estigma e da discriminação que afetam muitas crianças e adolescentes em fase de reintegração, e na proteção contra outros abusos,

negligência e exploração. No entanto, o engajamento efetivo pode exigir mudança social, visto que normas existentes podem perpetuar o estigma, a discriminação e maus-tratos à criança. Líderes religiosos e seculares, bem como mecanismos de proteção à criança com base na comunidade, podem desempenhar papéis importantes com os níveis adequados de apoio.

- **Escolas:** Como a seção 5 define retomar ou iniciar a educação pode ser uma parte fundamental no processo de reintegração. Professores e colegas podem desempenhar um papel vital na garantia de que os novos alunos se sintam aceitos, e a equipe escolar pode ajudar a monitorar e apoiar as crianças e adolescentes em fase de reintegração.
- **Organizações não-governamentais (ONGs) e organizações religiosas:** Estas instituições normalmente desenvolvem práticas inovadoras que podem ser ampliadas através de planejamento governamental, bem como prestam assistência técnica e treinamento a departamentos governamentais; quando necessário, podem pressionar o governo a proteger os direitos de crianças e adolescentes em fase de reintegração. Devem, no entanto, prestar contas às crianças e adolescentes e suas famílias, proporcionando-lhes oportunidades rotineiras para feedback sobre o suporte e serviços prestados. ONGs e OBFs podem informar crianças e adolescentes e famílias sobre os serviços do governo e, em alguns casos, eles mesmos são os prestadores diretos de serviços essenciais, tais como educação informal ou “escolas” de pais.
- **Organismos das Nações Unidas:** Os organismos das Nações Unidas podem agir como uma força catalisadora em prol de mudanças para as crianças e adolescentes. Podem apresentar aos governos nacionais novas ideias de outras partes do mundo, bem como mobilizar conhecimento técnico e recursos. Como entidades multilaterais, estão em posição privilegiada para se envolver com estruturas governamentais nacionais e regionais, defender os direitos das crianças e adolescentes e facilitar a coordenação de uma vasta gama de agentes.
- **Mídia:** A mídia local pode desempenhar um papel favorável alertando crianças e adolescentes e famílias sobre práticas positivas e / ou os riscos inerentes à separação. A mídia pode trabalhar para mudar atitudes e ajudar a lidar com o estigma e a discriminação comumente enfrentados por crianças e adolescentes em processo de reintegração. Como visto acima (ver seção 3.4), qualquer cobertura de mídia deve aderir a rigorosos padrões éticos.
- **Financiadores:** os financiadores têm um papel importante a desempenhar na garantia de que a reintegração tenha financiamento adequado, e em campanhas em defesa de financiamento para incentivar a mudança de políticas e um maior investimento na reintegração. O quanto os financiadores destinarão à reintegração e as expectativas colocadas sobre os beneficiários de subvenções podem ter um impacto fundamental sobre o sucesso desses programas. Por exemplo, como mencionado acima, se os doadores demandam que a reintegração ocorra dentro de prazos inadequados, ou exigem programas que atinjam, simultaneamente, um grande número de crianças e adolescentes usando recursos limitados, isso pode levar a uma rápida reintegração, que não consegue atender às necessidades das crianças e adolescentes e que pode deixá-las em sério risco.
- **Setor privado:** O setor privado pode ajudar em processos de reintegração de várias maneiras - sendo prestadores de serviços, doando bens em espécie, ou ajudando as famílias a gerar rendimentos mais elevados. Eles também podem prejudicar os processos de reintegração; por exemplo, evitando que as crianças e adolescentes que trabalham e que foram separadas de suas famílias voltem para casa. Em alguns casos, abrigos podem ser administrados para geração de lucros e a reintegração pode ser desencorajada por não ser comercialmente vantajosa. E, claro, mesmo aqueles que administram serviços de acolhimento sem fins lucrativos podem ter um grande interesse na obstrução da reintegração se suas fontes de financiamento dependerem do número de crianças e adolescentes sob seus cuidados.

Muitos outros atores, como a polícia, profissionais da saúde, professores, etc., têm um conhecimento profundo da sua comunidade e acesso a recursos sociais e econômicos inexplorados que podem auxiliar na reintegração.

Nem sempre é possível para uma única instituição⁹ fornecer uma gama completa de serviços que uma criança e sua família precisam se, por exemplo, a família vive fora da área de serviços da organização ou porque a família ou a criança tem várias necessidades ou, pelo contrário, uma necessidade altamente específica. As instituições são fortemente encorajadas a colaborar para garantir que todas as necessidades da criança/adolescente sejam atendidas. Isso envolve:

- **realização de reuniões periódicas** para coordenar o compartilhamento de informações sobre o programa e protocolos de encaminhamento, bem como o acompanhamento e a avaliação de todo o sistema (ver seção 6);
- **encontrar formas eficazes e éticas de compartilhar informações sobre casos**, e considerar iniciativas conjuntas de planejamento.

Os agentes também podem coordenar seus esforços a fim de trazer mudanças estruturais e políticas mais amplas, necessárias para promover a reintegração eficaz (ver exemplo 2 abaixo). Os organismos internacionais têm a responsabilidade especial de trabalhar junto com os governos nacionais e os atores locais para garantir que os sistemas existentes sejam reforçados e não duplicados ou enfraquecidos.

Exemplo 2: Colaborando para a mudança de políticas de reintegração no Brasil

O Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária foi estabelecido pela ONG brasileira Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) e UNICEF. É uma rede de instituições governamentais, ONGs e organismos das Nações Unidas que defendem mudanças políticas e práticas para evitar a separação da família e promover a reintegração. A rede atribui seu sucesso a três fatores. Em primeiro lugar, ela reuniu profissionais envolvidos na temática com autoridade para implementar a mudança e com legitimidade de décadas de trabalho apoiando famílias. Em segundo lugar, tem trabalhado a fim de trazer evidências de planejamentos bem sucedidos, e para compartilhar estas evidências em todo o país por meio de seminários que oferecem orientação e prática relevantes. Em terceiro lugar, adaptou e expandiu a nível nacional e global diretrizes para desenvolver localmente políticas adequadas que foram apropriadas por todos os profissionais envolvidos reforçando o compromisso com o processo de reintegração. (ABTH 2011).

9. No Brasil nenhuma instituição pode oferecer toda a gama de serviços que uma criança ou adolescente necessitam. O princípio da incompletude institucional, que veio se contrapor a existência no passado das instituições totais, pressupõe um trabalho em rede, intersetorial e articulado. (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei NO 8.069/90, Art. 86).

4.

TRABALHANDO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES E FAMÍLIAS INDIVIDUALMENTE

A reintegração bem sucedida requer um trabalho cuidadoso e muitas vezes intenso com crianças e adolescentes e famílias, para determinar a sua pertinência; preparar a criança e a família; reuni-los e oferecer acompanhamento posterior. Esta seção começa com uma análise da abordagem do estudo social a esse apoio individual e, em seguida, explora cada estágio de reintegração. O trabalho individual com crianças e adolescentes e famílias é sempre importante, mas deve ser complementado com trabalho junto a escolas, comunidades e decisores políticos para alcançar as mudanças mais amplas necessárias para apoiar uma reintegração eficaz (ver seção 5).

4.1 Estudo social e o ritmo do processo de reintegração

Síntese

A reintegração não é um evento único, mas um processo mais longo envolvendo extensa preparação e acompanhamento posterior. Deve ser dedicado um tempo adequado a cada etapa do processo para permitir que a reintegração aconteça num ritmo que se adapte às necessidades de cada criança e sua família. Deve ser designado um trabalhador social a cada família e criança a fim de apoiá-los ao longo do processo, o que deve ser documentado em um único arquivo.

A reintegração não deve ser vista como um evento único e isolado, mas sim como um processo de longo prazo com diferentes fases, incluindo extensa preparação e acompanhamento, com serviços adequados de suporte às famílias e crianças e adolescentes em cada etapa do processo. O cronograma deve atender à criança, o adolescente e à família, e um acréscimo no tempo para completar uma etapa (como o planejamento de apoio à reintegração) não deve interferir no bom andamento da etapa seguinte (tal como o acompanhamento pós-reunificação). As necessidades das crianças e adolescentes e das famílias variam muito, e não é aconselhável colocar restrições rígidas sobre o tempo necessário para o processo de reintegração como um todo ou para uma etapa específica de apoio a esse processo.

No apoio a crianças e adolescentes ao longo das diferentes etapas do processo de reintegração, o estudo social é uma abordagem fundamental¹⁰. Isso envolve a designação de um trabalhador social a cada criança e família (ou, em alguns casos, um assistente¹¹ para a criança e um para a família), que ofereça apoio individualizado e documente o processo. O estudo social permite que as crianças e adolescentes e as famílias desenvolvam relações de confiança e recebam apoio com base em uma compreensão bem desenvolvida de suas necessidades específicas. A documentação do processo significa que o caso pode, se necessário, ser entregue a outra instituição ou trabalhador social (por exemplo, se a reintegração atravessar fronteiras ou grandes distâncias ou se a equipe sair). Os trabalhadores sociais muitas vezes não providenciam todos os serviços ou todo o apoio às crianças e adolescentes e famílias por sua própria conta, mas são capazes de fornecer informações sobre encaminhamento a outros serviços. O exemplo 3 ilustra a utilização do estudo social na reintegração à distância de crianças e adolescentes no Nepal.

10. Para orientações práticas sobre muitos dos passos e problemas nesta seção (como consentimento informado e gerenciamento de dados), consulte Diretrizes Interinstitucionais para Gerenciamento de Caso e Proteção à Criança (CPWG 2014).

11. No Brasil a Política Nacional de Assistência Social tem como premissa a centralidade na família, sendo assim os mesmos profissionais (de preferência uma dupla) que atende a criança ou o adolescente também atende toda a família.

Se em qualquer fase for determinado que a reintegração não esteja nos melhores interesses de uma criança, a mesma deve ser interrompida. Quando for do interesse da criança, a equipe deve continuar a facilitar o contato com a família, tanto quanto possível, e deve considerar regularmente a pertinência da reintegração. As instituições devem, então, voltar-se para um regime temporário de cuidados alternativos (tais como acolhimento familiar ou vida independente supervisionada) e, em último caso, se a reintegração é descartada, para a inserção em uma nova família permanente através de adoção ou *kafala*¹².

Exemplo 3: Estudo social na reintegração à distância de crianças e adolescentes no Nepal

No Nepal, a organização não-governamental internacional Next Generation Nepal (NGN) e sua parceira nepalesa The Himalayan Innovative Society (THIS) normalmente reintegram crianças e adolescentes traficadas a suas aldeias que ficam a vários dias de viagem a pé e / ou ônibus de Kathmandu. Antes das crianças e adolescentes voltarem para casa, várias visitas são feitas para avaliar as famílias e comunidades. Os parentes são encorajados a encontrar as crianças e adolescentes em locais neutros, próximos a centros movimentados, e elas fazem, a princípio, visitas supervisionadas - e, futuramente, não supervisionadas - a suas casas. Ao voltarem de fato às suas aldeias, os agentes de reintegração começam a fazer visitas de monitoramento. Essas crianças e adolescentes muitas vezes estão afastadas há muitos anos, e podem ter esquecido línguas e tradições locais. Podem ter sofrido violência dentro da família e após a separação, e os membros da família ou a comunidade em geral podem ter sido cúmplices de seu tráfico. Nestas circunstâncias, a THIS e a Next Generation Nepal argumentam que não existem atalhos a serem tomados e que as avaliações feitas pessoalmente e a reintegração gradual e supervisionada são essenciais.

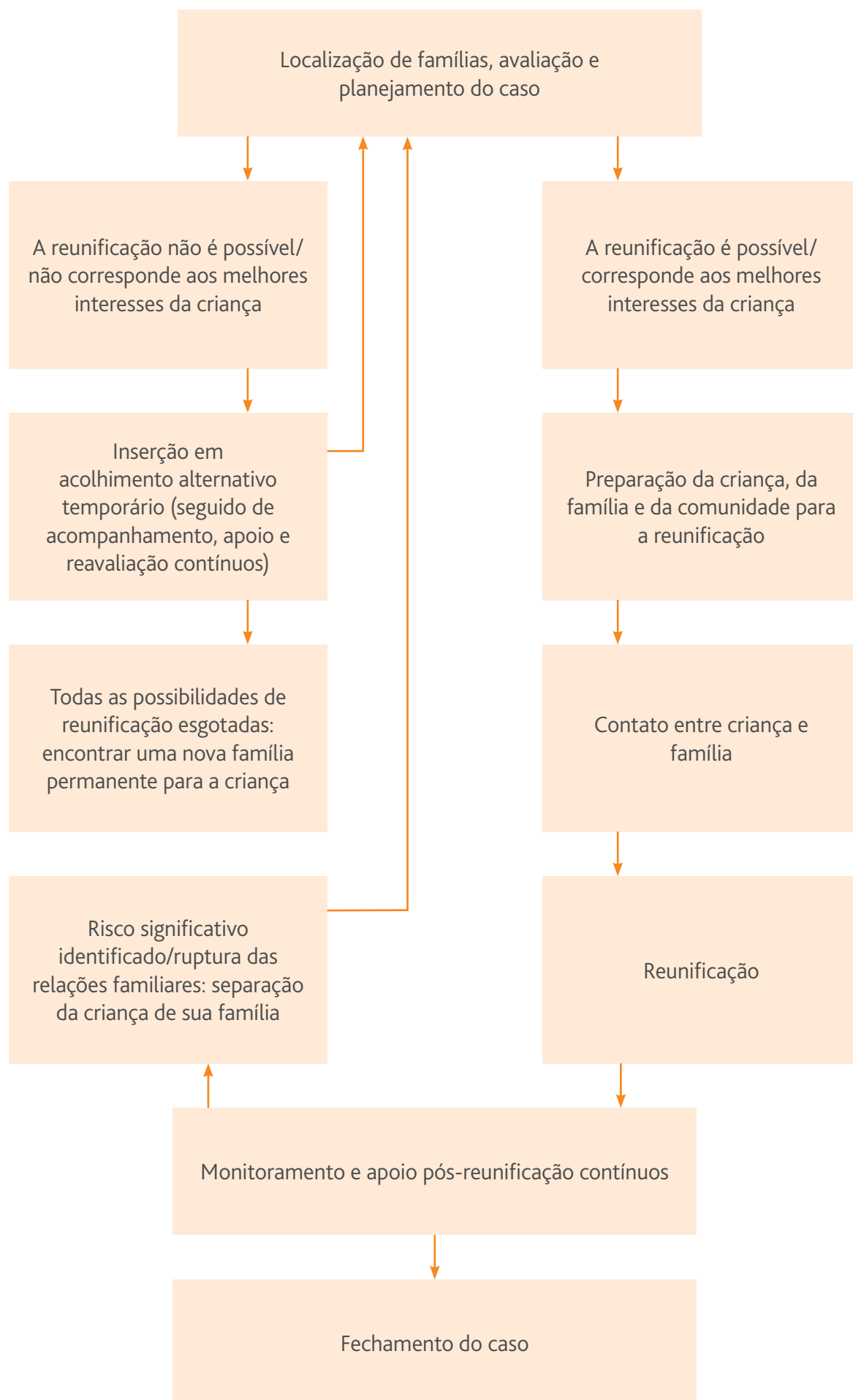
O trabalho da THIS e da NGN também destaca como a reintegração à distância deve não só incluir uma análise da distância física, mas também das diferenças de cultura, padrões de vida e de acesso a serviços entre as comunidades de origem das crianças e adolescentes e onde viviam quando separadas. Por exemplo, no processo de preparação das crianças e adolescentes para a reintegração, as instituições tentam ajudá-las a reaprender as línguas e tradições de suas comunidades de origem, a cozinhar e comer da forma que farão em casa, e a fazer a transição de volta para a estrutura governamental de educação. Sabendo que os serviços de saúde e reabilitação são possivelmente mínimos ou inexistentes em aldeias remotas, são feitos esforços para melhorar a mobilidade de crianças e adolescentes com deficiências físicas e para prestar assistência àquelas com problemas de saúde de longo prazo antes de retornarem (Lovera e Punaks 2015).

4.2 Os estágios no processo de reintegração

Esta seção explora cada uma das diferentes fases de apoio ao processo de reintegração, que estão resumidos na Figura 1. A reintegração nem sempre segue um processo linear, e as crianças e adolescentes e famílias podem precisar repetir uma ou mais etapas.

12. Consulte as Diretrizes para Cuidados Alternativos à Criança (ONU GA 2010) e a implantação e operação da convenção de adoção interpaíses de 1993: Guia de boas práticas (HCCH 2008).

Figura 1: Gestão individual de caso das etapas do processo de reintegração



4.2.1 Localização, avaliação e planejamento

Síntese

Como primeiro passo, um membro treinado da equipe deve avaliar o bem-estar da criança, identificar e responder rapidamente a quaisquer sinais de abuso, violência, exploração ou negligência.

É essencial realizar avaliações mais aprofundadas sobre as crianças e adolescentes, famílias e comunidades para determinar se a reintegração está nos melhores interesses da criança. Neste momento, é importante identificar os riscos associados à reintegração, bem como recursos que as crianças e adolescentes e as famílias podem utilizar, considerando todas as áreas de bem-estar da criança, sua capacidade e seu desenvolvimento. Crianças e adolescentes e famílias devem ter informações suficientes para tomar decisões conscientes.

Tomada a decisão de seguir em frente com a reunificação, é importante desenvolver um plano com objetivos e estratégias definidos a fim de atender às necessidades de uma reintegração segura e eficaz para a criança, adolescente e a família. Uma reunião com toda a família pode ser um instrumento eficaz para o desenvolvimento de um plano, ajudando a garantir que todos os envolvidos no processo de reintegração tenham expectativas realistas e que as capacidades e o comprometimento dos membros sejam considerados.

Avaliação da criança/adolescente

Uma avaliação individual deve ser realizada com cada criança e adolescente a fim de identificar as necessidades específicas que podem vir a variar a partir de fatores como idade, sexo e experiência que teve no período de separação. Mais detalhes sobre este processo de avaliação podem ser encontrados no Quadro 4 abaixo. O desenvolvimento de critérios específicos para a avaliação dentro de um contexto, que examinem fatores que podem afetar a reintegração de grupos específicos de crianças e adolescentes, pode ser útil e isso deve ser feito em consulta direta com crianças e adolescentes e famílias. Um exemplo de tais critérios na Tanzânia é encontrado no Exemplo 4 abaixo.

Localização da família e Determinação do Melhor Interesse da Criança

Em contextos de emergência ou não, muitas vezes é necessário levar a cabo um extenso trabalho para encontrar a família de uma criança. Essa busca deve ser iniciada após a avaliação inicial da criança/adolescente, e pode incluir identificação e localização de membros da família que possam cuidar da criança, em diferentes áreas, ou até mesmo países. Orientações abrangentes sobre os métodos de localização de famílias podem ser encontradas em outras fontes (ver, por exemplo, Save the Children 2013). Em alguns cenários, pode haver uma exigência legal para realizar a Determinação do Melhor Interesse da Criança (DMI), e como é sempre valioso avaliar adequadamente os melhores interesses da criança, algumas ferramentas podem ser úteis no processo de avaliação. Partes fundamentais deste processo incluem a criação de um grupo de especialistas no assunto para rever as recomendações do trabalhador social e tomar uma decisão final; o estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão entre os atores da área de proteção à criança e ao adolescente (governo, ONGs locais e internacionais, organismos das Nações Unidas, etc.); chegar a um consenso a respeito de formulários comuns e de gestão de dados; e definir quando um processo simplificado para decisões coletivas / em grupo pode ser usado (UNHCR 2008 e 2011).

Quadro 4: Detalhes de boas práticas na avaliação da criança/do adolescente

- **Uma equipe bem treinada pode assegurar rapidamente o bem-estar de cada criança/adolescente.** Quaisquer preocupações sobre a segurança ou a saúde física ou mental (isto é, desconforto emocional ou psicológico, sinais de abuso ou trauma) devem ser devidamente respondidas e crianças e adolescentes com deficiência podem precisar de apoio particular.
- **Construa a confiança entre a criança/adolescente e o trabalhador social.** Dê tempo para que as crianças e adolescentes conheçam os trabalhadores sociais e confiem neles o suficiente para compartilhar experiências, medos e desejos. Em nenhuma etapa do processo a criança e adolescente deve se sentir pressionada a voltar para casa. Se viável e considerado melhor, ajustes na equipe permitirão que as crianças e adolescentes recebam apoio de alguém do mesmo sexo, se o desejarem, ou que fale sua língua nativa.
- **Avalie o ambiente atual da criança/adolescente,** considerando as consequências positivas e negativas da retirada da criança/adolescente deste ambiente; discuta tais pontos com a criança/adolescente e cuidadores. Todas as ações devem garantir que os direitos da criança/do adolescente à segurança e ao desenvolvimento contínuo nunca sejam comprometidos.
- **Considere todas as áreas de bem-estar da criança/ do adolescente e os recursos necessários para uma reintegração bem sucedida:** Considere o bem-estar físico, educacional, comportamental, social, emocional, espiritual, relacional e material da criança/ do adolescente. Identifique os pontos fortes que ela traz para o processo de reintegração e os recursos / apoio que possam vir a ser necessários para uma reintegração bem sucedida.
- **Considere cuidadosamente se as crianças e adolescentes devem ser envolvidas em processos judiciais contra os seus exploradores / abusadores.** Processar traficantes ou outras pessoas que exploram e abusam de crianças e adolescentes pode ser importante para alcançar a justiça e prevenir separações. No entanto, o envolvimento neste processo também pode ter consequências prejudiciais para a reintegração. Processos judiciais podem levar anos para serem julgados, e isso pode, em alguns casos, atrasar o retorno às famílias (dado que pode ser um requisito legal a permanência das crianças e adolescentes sob os cuidados do Estado enquanto processos judiciais estiverem em curso) e pode significar que crianças e adolescentes tenham que reviver experiências traumáticas num momento em que estão se estabilizando nas comunidades e começando a se recuperar. A publicidade em torno de processos judiciais ou apenas o envolvimento com esses procedimentos também pode levar ao estigma. O melhor interesse da criança deve ser a consideração primordial.
- **Inclua uma gama de perspectivas na avaliação da criança/adolescente.** Por exemplo, da criança, do adolescente dos trabalhadores sociais, dos professores, dos parentes, etc.

Exemplo 4: Critérios orientadores para a reunificação de famílias utilizados na Tanzânia

Na Tanzânia, a Railway Children desenvolveu alguns critérios orientadores para determinar se uma criança está pronta para deixar as ruas e entrar em um casa de passagem, e, em seguida, avaliar se essa criança está pronta para voltar à sua família. Na maioria dos casos, o cumprimento destes critérios é resultado do apoio emocional, relacional e comportamental em cada etapa do processo.

Critérios para levar uma criança das ruas para um centro

A criança:

- tem compromisso e vontade
- entende o que vai ganhar e perder deixando as ruas
- entende como será o centro e o que lá se pretende alcançar para a criança/adolescente
- entende o que será esperado dela no centro, por exemplo, com relação a tarefas diárias, aulas, comportamento etc
- é capaz de seguir regras e instruções, de certa forma, e é capaz de obedecer à autoridade

- é capaz de respeitar e interagir positivamente com as outras crianças e adolescentes, assim como adultos
- coopera
- é capaz de cuidar de sua higiene pessoal (dependendo da idade)
- é capaz de respeitar os bens alheios
- provou que está reduzindo comportamentos arriscados e perigosos
- não é viciada em drogas e, sendo usuária, tem feito alguns esforços para reduzir seu consumo.

Crítérios para levar uma criança de volta para sua família

O que está acima se aplica e a criança também:

- reconhece a importância da família e o que se ganha vivendo com ela
- está empenhada em voltar a viver com sua família
- é capaz, de certa forma, de se adaptar à família e entende o que vai ser esperado dela.

Crítérios para a família receber sua criança de volta ao lar.

A família:

- está disposta e comprometida a levar a criança de volta e assumir a responsabilidade de trabalhar para enfrentar os problemas
- pais / cuidadores entendem o que aconteceu à criança e como isso afetou o seu bem-estar e comportamento
- pais / cuidadores são capazes de pensar na criança e se preocupam com ela
- pais / cuidadores são capazes de atender às necessidades básicas da criança
- o ambiente doméstico é seguro
- a família é capaz de reconhecer as necessidades e os direitos da criança
- um espaço físico foi preparado para a criança (quarto etc.).

Entre a criança e a família:

- eles, de certa forma, têm resolvido os problemas que levaram a criança a fugir.
- existe uma interação positiva entre a criança e a família

Fonte: Railway Children Africa: Procedimentos Operacionais Padrão (2016)

Avaliação da família

Assim que os pais ou outros membros da família forem localizados, uma avaliação da família deve ocorrer. A família deve ser tratada com dignidade e respeito e considerar os pontos fortes e fracos tanto da família nuclear quanto da família extensa da criança e adolescente. Um modelo básico inclui uma avaliação preliminar:

- dos fatores de risco que afetam a segurança e o bem-estar da criança e as mudanças que precisam ser feitas;
- das forças e da resiliência da família, inclusive dos irmãos;
- da visão dos membros da família sobre as razões da separação e outros problemas;
- do nível de disponibilidade/ capacidade de mudança da família;
- da capacidade da família de cuidar da criança/adolescente;
- da situação econômica da família.

É crucial que as instituições estejam sempre preparadas para verificar a ocorrência de violência doméstica ou

sexual contra qualquer criança atendida e para reagir a qualquer revelação ou preocupação em qualquer fase do processo de reintegração. A equipe deve estar atenta aos sinais de tal violência e abuso e ter a formação adequada para agir de maneira eficaz e imediata. Esta é apenas uma das razões pelas quais todas as crianças e adolescentes no agregado familiar devem estar envolvidas na avaliação da família.

Tal como acontece com as crianças e adolescentes, as famílias têm escolha na reintegração e não devem ser forçadas a receber as crianças e adolescentes de volta se não estiverem prontas. As famílias precisam de informações claras e precisas à sua disposição, para que tomem decisões fundamentadas.

Avaliação da comunidade

Como explorado em mais detalhes na Seção 5.1, as comunidades desempenham um papel fundamental na reintegração das crianças e adolescentes e é importante avaliar a sua capacidade de apoio a crianças e adolescentes e famílias, e confrontar qualquer estigma e discriminação que possam enfrentar. Riscos na comunidade em geral também devem ser avaliados. Por exemplo: os baixos níveis de prestação de serviços, incluindo o acesso limitado à educação; altos níveis de violência ou crime, ou a probabilidade de crianças e adolescentes serem estigmatizadas pelos membros da comunidade.

Desenvolver um plano

Um plano individualizado define uma estratégia para lidar com as necessidades da criança/ do adolescente e da família e maximizar seus pontos fortes, como identificado na avaliação. Os princípios enunciados no Quadro 5 a seguir são propostos como base para um plano desse tipo.

Quadro 5: Princípios para o desenvolvimento de um plano

Os planos devem reconhecer que:

- todas as crianças e adolescentes e famílias têm potencial para colaborar;
- quando devidamente apoiadas, as famílias e as crianças e adolescentes podem tomar decisões fundamentadas sobre o bem-estar e a proteção da criança; e
- resultados gerais são melhorados quando as crianças e adolescentes e suas famílias estão envolvidas no processo de tomada de decisão.

Os planos devem também:

- ser compartilhados com todos os membros da família e reconhecidos por assinatura ou sinal semelhante;
- identificar os recursos que a família pode utilizar, tais como serviços ou apoio na comunidade;
- definir objetivos específicos, mensuráveis e com prazos, que podem ser utilizados como uma ferramenta para verificar o progresso, inclusive antes do encerramento do caso;
- abordar todas as áreas importantes do bem-estar e os indicadores para avaliá-las;
- ser desenvolvidos tendo como foco a segurança da criança e confidencialidade; e
- conter um plano de contingência / informação sobre com quem crianças e adolescentes e membros da família devem entrar em contato se o plano não der certo e as relações fracassarem.

As instituições são incentivadas a usar uma abordagem de equipe no desenvolvimento de um plano, uma vez que isso reforça a criatividade e a tomada de decisões de qualidade; no entanto, isso exige abertura e honestidade entre os membros. Sempre que possível, incentive a criança e ao adolescente a escolher alguns membros da equipe de apoio, e estenda esses convites para além da família mais próxima e instituição principal.

Sempre que possível, especialmente onde a dinâmica é complexa, recomenda-se que uma reunião seja organizada envolvendo a criança e o adolescente e os membros da família. Isso pode ser feito através de reunião com todos os membros da família (ver Quadro 6 abaixo), onde todos se reúnem para desenvolver um plano para a criança, o adolescente com a facilitação de profissionais. Quando não for possível ou prudente reuni-los, pode ser necessária uma série de reuniões individuais. Essas reuniões devem ser feitas pessoalmente, embora em alguns casos extremos onde distâncias muito longas ou segurança são um problema, conversas pelo telefone podem ser necessárias.

Todos os agentes devem reconhecer que os planos são fluidos, e devem ser revistos em momentos-chave (por exemplo, quando uma data para a reunificação é decidida, quando a reunificação ocorre, quando uma crise na família ou entre prestadores de serviços tiver acontecido). A orientação global sobre gestão de casos sugere que os planos sejam revistos pelo menos a cada três meses (CPWG 2014 e UN GA 2010).

Ter um plano claramente articulado pode ser vital para gerenciar as expectativas. Por exemplo, as crianças e adolescentes podem ter grandes esperanças de retorno a uma família de amor e prosperidade ou, pelo contrário, uma crença de que nada realmente pode mudar; considerando que os pais / cuidadores podem esperar apoio material ou financeiro, e tornar-se dependentes das instituições se medidas adequadas não forem tomadas. Ajudar a família a desenvolver o plano por si mesmo e a ter mais controle de seu futuro é importante (por exemplo, fornecendo "apoio parcial", onde a família paga uma parte de uma determinada despesa e a organização paga o restante).

O planejamento do caso deve incluir uma análise sobre a guarda legal da criança e do adolescente e sobre quando esta terá de ser reintegrada à família (e para quem dentro da família).

Quadro 6: Conferência familiar

A conferência familiar inclui uma reunião formal envolvendo membros da família em geral (nuclear e extensa), profissionais da rede de proteção às crianças e aos adolescentes e outros funcionários relevantes. O processo tem um coordenador / facilitador, que é independente das decisões do trabalho social. A conferência familiar permite que todos os membros ajudem a tomar decisões sobre a melhor maneira de dar apoio aos cuidados da criança e do adolescente.

O processo geralmente tem quatro fases principais:

- Preparações extensivas (geralmente de cinco a oito semanas) envolvendo o coordenador, que se reúne com todos os membros da família e prestadores de serviços que serão convidados para a conferência. O objetivo é preparar os futuros participantes, fornecendo-lhes informações sobre o processo de conferência, bem como os pontos fortes e preocupações identificadas pelos profissionais envolvidos com a família.
- Uma reunião estruturada para tomar decisões, onde os profissionais informam a família sobre suas preocupações.
- Um momento privado para a família, onde ela sozinha desenvolve um plano que aborda as preocupações que foram levantadas.
- Apresentação do plano aos profissionais, que, então, ajudarão a família a implementá-lo, desde que as preocupações levantadas tenham sido abordadas e não coloquem a criança em risco (Ashley et al. 2006 e Schmid e Pollack 2009).

4.2.2 A preparação de crianças, adolescentes e famílias

Síntese

As crianças e adolescentes e as famílias precisam de uma preparação adequada antes da reunificação. Enquanto meninos e meninas estão esperando para voltar às famílias, eles podem precisar ficar sob cuidado alternativo temporário. Esse cuidado deve ser seguro, de alta qualidade, e permitir que a criança e adolescente crie uma relação consistente com um cuidador preparado para essa tarefa.

Instituições são fortemente encorajados a trabalhar ativamente para garantir que as crianças e adolescentes não fiquem dependentes sob cuidados alternativos. As instituições precisam trabalhar com as famílias para abordar tanto as causas da separação quanto o impacto dos danos causados por ela, e a equipe precisa garantir que as crianças e adolescentes e as famílias tenham acesso a todas as formas de apoio disponíveis necessárias para a reintegração segura e eficaz. Pode haver, por exemplo, uma necessidade de trabalho intenso para enfrentar a violência, abuso e negligência no seio das famílias, e para o fortalecimento econômico das mesmas. É importante avaliar as necessidades de saúde física e mental das crianças e adolescentes, oferecer aconselhamento quando necessário, e assegurar que haverá suporte contínuo dentro da comunidade para atender a essas necessidades quando as crianças e adolescentes voltarem para casa. Por fim, é fundamental chegar a um acordo sobre os mecanismos para monitorar cuidadosamente o bem-estar da criança/adolescente no retorno.

O tempo investido na preparação e apoio a crianças e adolescentes e famílias é um fator importante para uma reintegração bem sucedida. Sua duração varia de acordo com fatores como o tempo de separação, as causas, e a experiência da criança e adolescente durante esse tempo. A reintegração é uma parte intrínseca do processo, por isso não é necessário esperar até que a criança/adolescente e ou família esteja totalmente "prontas" antes de iniciar a reunificação.

Garantindo um ambiente pré-reintegração acolhedor

Durante toda a fase de preparação, é importante considerar o ambiente em que a criança e o adolescente vivem. Em muitos casos, será necessário retirar crianças e adolescentes de situações de dano imediato e colocá-las sob algum tipo de cuidado alternativo enquanto aguardam a reintegração. As instituições devem escolher a forma de cuidados mais adequada com base numa avaliação individual da criança/adolescente, que pode, por exemplo, incluir acolhimento familiar, acolhimento institucional de pequena escala ou vida independente supervisionada. Em consonância com a orientação global, sempre que possível, alternativas devem ser buscadas para instituições de grande escala, incluindo centros de passagem estilo dormitório¹³. O Acolhimento deve ser organizado de forma que as crianças e adolescentes sejam capazes de criar vínculos com um cuidador consistente (ver UN GA 2010 para obter mais detalhes sobre a orientação global sobre cuidados alternativos).

As crianças e adolescentes devem permanecer sob cuidados alternativos durante o tempo necessário para prepará-los para a reintegração ou, se tal não for possível, para que uma nova família permanente seja encontrada. No entanto, é importante garantir que meninos e meninas não fiquem sob cuidados alternativos por longos períodos, dado que esta é apenas uma solução temporária e não garante a eles os lares estáveis que precisam para uma sensação de segurança e de pertencimento. O Quadro 7 abaixo descreve as medidas que podem ser tomadas para garantir que a reintegração continue a ser o objetivo geral, e preparar adequadamente as crianças e adolescentes para tal, enquanto estão sob cuidados alternativos.

13. No Brasil esse modelo de atendimento para crianças e adolescentes não existe. Essa prática é correlata ao modelo de albergue para adultos existente no Brasil.

Quadro 7: Considerações sobre a prestação de cuidados alternativos a crianças e adolescentes, enquanto se aguarda a reintegração

- **Permitir que as crianças e adolescentes se envolvam com as comunidades locais e não fiquem isoladas.** Seja qual for a forma de cuidados, as crianças e adolescentes devem ser capazes de ir à escola no bairro, fazer compras no mercado local, etc.
- **Equilibrar a satisfação das necessidades básicas das crianças e adolescentes com a criação de condições culturalmente apropriadas.** Meninos e meninas devem ser tão saudáveis e bem nutridos o quanto possível antes de saírem para um ambiente de maior insegurança alimentar. Cuidados provisórios devem ser concebidos para proporcionar condições semelhantes ao patamar da família da criança, proporcionando um nível adequado de assistência para minimizar o risco de insatisfação com o ambiente doméstico. As instituições também podem ajudar as crianças e adolescentes a se acostumarem com os tipos de alimentos e roupas associados às suas comunidades de origem (ver também Exemplo 3 acima).
- **Envolver as crianças e adolescentes em responsabilidades e decisões diárias culturalmente apropriadas,** como cozinhar e limpar, determinando atividades recreativas ou contribuições na programação diária.
- **Falar abertamente do objetivo comum da reintegração familiar.** A equipe deve estar preparada e, portanto, confortável com a natureza temporária e profissional de seu relacionamento com cada criança. Ao mesmo tempo em que deve obter a confiança da criança/ do adolescente, também devem incentivá-la(o) a transferir esses sentimentos a seus pais/cuidadores permanentes.
- **Encontrar acolhimento familiar e centros de passagem o mais próximo possível do lar.** Proximidade muitas vezes facilita a reintrodução dos pais ou cuidadores. Existem exceções a esta orientação, como algumas crianças e adolescentes que acham que a distância de suas comunidades durante a fase preparatória permite-lhes tempo de se recompor, recuperação e para se prepararem com tranquilidade. As instituições devem se esforçar para avaliar as necessidades de cada criança e adolescente a este respeito.
- **Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos.** Algumas crianças e adolescentes separadas estão acostumadas a um alto nível de autonomia e podem resistir a orientações e limites. Mecanismos eficazes para lidar com a raiva e o conflito também podem ser usados nas comunidades de origem.
- **Desenvolver a capacidade de agir autonomamente.** Algumas crianças e adolescentes separadas passaram por longos períodos privados de sua autonomia e capacidade de tomar decisões, e, possivelmente, precisam ser encorajadas a participar das decisões sobre as suas vidas novamente. Pode-se, então, por exemplo, garantir que as crianças e adolescentes estejam envolvidas no desenvolvimento e/ou mudança de seu plano de cuidados, e criar um conselho consultivo infantoadolescente para fazer recomendações à gestão do programa.
- **Fornecer oportunidades para expressar emoções com segurança,** por exemplo, para dançar, para ouvir ou criar música, para criar um álbum de recortes, para agir.
- **Criar um ambiente de recomposição.** As crianças e adolescentes devem ter oportunidades regulares de falar com um cuidador/trabalhador social de referência qualificado. As crianças e adolescentes que ficaram sem qualquer responsável por longos períodos podem precisar de apoio na adoção de comportamentos que se encaixem com as expectativas da família e da comunidade. Rotina e previsibilidade podem dar às crianças e adolescentes que levaram vidas caóticas enquanto separadas um senso de controle e reduzir sua ansiedade.

Lidando com discriminação e questões de identidade

Muitos meninos e meninas reintegrados são discriminados por conta de sua vida durante a separação, tais como a sua associação com as forças armadas ou com algum grupo criminoso, a exposição ao abuso ou exploração sexual, gravidez fora do casamento, ou formas exploratórias de trabalho. Eles também podem sofrer discriminação devido a gênero, deficiência, HIV positivo, casta, etnia, orientação sexual ou qualquer outra condição. Enfrentar essa discriminação, tanto quanto possível antes do retorno ao lar, é vital para garantir a reintegração bem sucedida. Esses

esforços exigem trabalho com a rede de serviços (ver Quadro 3), líderes religiosos e comunidades em geral (ver Seção 5). No entanto, a discriminação pode acontecer também no seio da família nuclear ou extensa, especialmente porque as crianças e adolescentes podem ter mudado significativamente durante o período da separação e ter novos “sinais” de sua mudança, tais como tatuagens, cicatrizes, ou até mesmo um bebê. A equipe pode precisar fazer a mediação entre a criança/adolescente e a família e/ou os membros da comunidade, ajudando-os a expressar seus sentimentos e aceitar tais mudanças.

Trabalhar com crianças e adolescentes reintegradas sobre questões de discriminação e identidade também é importante porque a forma como elas são vistas por outras pessoas muitas vezes influencia a forma como elas se veem. Crianças e adolescentes reintegradas geralmente passam por algum tipo de transição de identidade, tal como de “criança-soldado” a aluno motivado, ou de “trabalhador do sexo” a ser uma criança/adolescente novamente. Embora não se deva esperar que as crianças e adolescentes voltem a ser exatamente como eram antes da separação, para que a reintegração seja bem-sucedida, uma criança/adolescente precisa reconhecer que é possível que seu papel anterior e “identidade” tenham que mudar.

Depois de meses ou anos de separação, meninas e meninos podem ter esquecido ou reprimido suas tradições culturais e práticas religiosas. Em alguns casos, o nome e religião de uma criança/adolescente podem ter sido deliberadamente alterados em um esforço para fazê-los esquecer a cultura ou religião de onde vieram. Ajudar uma criança/adolescente a reaprender sua cultura, dialeto e religião¹⁴ é importante, embora seja possível que isso leve muito mais tempo do que uma fase preparatória comum (ver também Exemplo 3 acima).

Abordando abuso, negligência, violência e exploração na família

Abuso, negligência, violência e exploração dentro da família são razões extremamente comuns para que as crianças e adolescentes saiam de casa. Embora mais frequentemente tenha sido a criança/adolescente separada(o) quem sofreu o abuso, em alguns casos ela pode ser o pessoa que cometeu o abuso e a segurança de outras crianças e adolescentes na família deve ser considerada. Muitas vezes, outros membros da família também foram afetados. Com esforço intensivo, geralmente é possível resolver estas questões, permitindo que a criança/adolescente volte em segurança para a família. Responder a isso de maneira eficaz requer as seguintes etapas:

- Priorizar a segurança das crianças e adolescentes, dando atenção à retirada da pessoa que cometeu a violência da casa, se necessário e se isso não for levar a novos danos à criança/adolescente (como levar a culpa).
- Uma avaliação sensível do impacto do abuso, principalmente avaliando o bem-estar emocional e psicológico da criança/adolescente e de outros membros da família, e o impacto da violência e do abuso nas relações e dinâmicas familiares.
- Garantir que os sistemas estejam disponíveis para monitorar e apoiar regularmente criança/adolescente e família após a reintegração, e também que exista um plano de resposta acordado se a situação se deteriorar e, a separação for necessária para a segurança da criança/do adolescente ou de outros membros da família.
- Uso de abordagens terapêuticas fundamentadas e culturalmente apropriadas para crianças e adolescentes ou outros membros da família que estejam enfrentando sofrimento significativo. Um número adequado de trabalhadores deve ser devidamente treinado para essas abordagens terapêuticas, e receber supervisão profissional regular (ver exemplo 5 abaixo).
- Encaminhamento para serviços médicos, se necessário.

Atendendo às necessidades da saúde física e mental, reagindo ao vício

Muitas crianças e adolescentes enfrentam problemas de saúde física e mental como resultado de sua separação ou de experiências anteriores à separação, tais como abuso ou negligência na família. Estes problemas podem

14. Toda criança/adolescente tem o direito de praticar a sua própria religião e todos os esforços devem ser feitos para que a criança/adolescente faça isso. Se uma criança/adolescente nasceu em uma religião, mas durante a separação converteu-se, por sua vontade, a outra religião, então a atual preferência religiosa da criança/adolescente deve ser plenamente respeitada pela equipe e família.

incluir doenças sexuais e reprodutivas, lesões de trabalho, e efeitos do sofrimento causado pela separação de suas famílias e/ou exploração ou abuso durante tal período. É comum que as crianças e adolescentes reunificadas, que inicialmente pareciam felizes, mostrem, mais tarde, sinais de intenso sofrimento (como, por exemplo, raiva de seus cuidadores, períodos de não comunicação, desobediência). Os pais e cuidadores também podem vivenciar problemas de saúde mental ou física que podem ter levado à separação, e tanto as crianças e adolescentes como os adultos podem ter problemas de dependência.

Atender às várias necessidades de saúde da criança/ do adolescente ou dos cuidadores / pais durante a fase preparatória inclui:

- tratamento contínuo de quaisquer problemas de saúde, incluindo vícios;
- treinar equipe para reconhecer sofrimento emocional e psicológico, e para levar o bem-estar mental a sério, encaminhando, quando necessário, aos profissionais adequadamente treinados;
- uma avaliação sobre até que ponto os desafios de saúde física e mental podem ser enfrentados pela família e comunidade após a reunificação, e garantir que o apoio esteja a postos para atender tais necessidades.

Exemplo 5: Atendendo às necessidades emocionais de crianças e adolescentes reintegradas no México

A ONG mexicana JUCONI descobriu que muitas crianças e adolescentes que vivem nas ruas vêm de lares com um longo histórico de violência, profundamente traumatizadas por suas experiências. O programa de reintegração da JUCONI concentra-se em trabalhar intensivamente com crianças e adolescentes e famílias para substituir relacionamentos violentos e destrutivos por um comportamento mais construtivo e acolhedor. A JUCONI ajuda crianças, adolescentes e famílias a terem percepções sobre o seu comportamento e os trabalhadores sociais exibem exemplos de novas formas de interação que não sejam violentas. Este trabalho é intenso e pode levar vários anos de apoio individual especializado com uma equipe treinada. No entanto, a JUCONI descobriu que reduzir a violência familiar e garantir que as crianças e adolescentes sejam amadas e cuidadas é muito mais importante para a reintegração bem sucedida do que a melhoria das condições materiais em casa (Family forEveryChild e JUCONI 2014).

Ajudando crianças e adolescentes com deficiências

As crianças e adolescentes com deficiência precisam de assistência especial, durante todas as fases do processo de reintegração. Durante a fase preparatória, é importante avaliá-las adequadamente através de um especialista e trabalhar para que elas sejam reabilitadas apropriadamente (como, por exemplo, providenciando fisioterapia ou ensinando a utilizar ferramentas para mobilidade, banho, alimentação, vestuário, etc., e para a realização de tarefas diárias com maior independência possível). É também crucial identificar as necessidades de apoio contínuo e determinar como serão atendidas, mapeando serviços e suporte existentes e associando-os a organizações locais que trabalhem para apoiar as crianças e adolescentes com deficiência em suas comunidades de origem.

As instituições podem precisar: adquirir materiais auxiliares (tais como cadeiras de rodas ou aparelhos auditivos); treinar membros da família para cuidar e apoiar as crianças e adolescentes ou ensiná-los a se comunicar de forma eficaz com elas (através da linguagem de sinais, por exemplo); assegurar que as escolas e casas sejam acessíveis ou adaptar ambientes domésticos; trabalhar para combater a discriminação (ver seções 4.2.2 e 5), e promover a integração nas escolas locais. Em geral, o foco deve ser tornar o ambiente acessível e inclusivo, e não tentar “consertar” as crianças e adolescentes com deficiência para encaixá-las na sociedade. As instituições devem vincular-se a qualquer conhecimento especializado e recursos de base comunitária, em particular organizações voltadas para pessoas com deficiência que sejam dirigidas por e para tais.

Ao levantar a possibilidade de reintegração, os funcionários são aconselhados a discutir abertamente sobre quaisquer preocupações que as crianças e adolescentes e famílias possam ter, e a salientar o compromisso da instituição em continuar a apoiar o acesso aos serviços de reabilitação, tratamento médico (se necessário) ou outros serviços pertinentes após a volta ao lar. É importante, então, manter-se positivo e concentrar-se na capacidade que as crianças e adolescentes têm de viver de forma independente, ao invés de imaginar uma vida de prejuízos ou déficit. Talvez seja possível unir os pais de crianças e adolescentes com deficiência e a troca de experiências pode ser valiosa. Também pode ser importante oferecer acolhimento temporário para oferecer descanso aos cuidadores e às crianças e aos adolescentes. Fortalecimento da economia das famílias e apoio

Exemplo 6: Uma abordagem baseada na comunidade para reintegrar crianças e adolescentes com deficiência vindas de assistência institucional na Bulgária

Na Bulgária, a ONG internacional Hope and Homes for Children reintegrou com sucesso 84 crianças abaixo de três anos vindas de instituições de grande escala. Uma proporção significativa destas crianças tem deficiências físicas e / ou intelectuais, dado que, no país, as mães são encorajadas a colocar os bebês com deficiência sob cuidado do estado. Uma análise do programa sugere que seu sucesso pode ser atribuído a uma série de fatores. Em primeiro lugar, o programa trabalhou para mudar o ponto de vista da deficiência como um “problema” médico que necessita de intervenção especializada. Um professor de neonatologia foi convidado a avaliar mais de 120 crianças que haviam sido classificadas pela equipe institucional como necessitando de cuidados especiais residenciais, e conseguiu reduzir esse número para 30.

As famílias também receberam suporte legal para contestar decisões judiciais favoráveis ao afastamento de seus filhos. Em segundo lugar, o programa combinou apoio material personalizado, incluindo contribuições em espécie provenientes de comunidades e empresas locais, com esforços para melhorar as competências parentais e o acesso a serviços. Em terceiro lugar, o programa não só ofereceu apoio individualizado às crianças e famílias, mas também trabalhou com comunidades em geral, visando estabelecer redes de apoio às famílias e envolver as comunidades na resolução das causas que originaram a separação (Bilson e Markova 2014).

Planejamento para educação e treinamento de competências para a vida

O acesso à educação mostrou ser essencial para a reintegração bem sucedida. Voltar à escola muitas vezes é peça importante para a volta à “normalidade” e para que se sintam parte da comunidade mais uma vez. Em muitos casos, a falta de acesso à educação é um fator-chave para a separação, com as crianças e adolescentes procurando cuidados institucionais ou indo viver com parentes distantes, a fim de acessarem uma educação formal. A incapacidade de garantir acesso à educação de qualidade pode levar novamente à separação.

Uma educação segura e de qualidade pode ajudar crianças e adolescentes a aprenderem competências necessárias à vida, e os professores podem ajudar a monitorar as crianças e adolescentes em risco, fazendo encaminhamentos quando necessário. Os esforços para assegurar que as crianças e adolescentes tenham acesso à escola devem começar durante a fase preparatória. Muitas crianças e adolescentes perdem aulas enquanto separadas e precisam de ajuda para recuperar o atraso antes de retornarem às escolas em suas comunidades de origem. Detalhes relativos às medidas que os trabalhadores sociais podem tomar para apoiar a educação das crianças e adolescentes estão incluídos no Quadro 8 abaixo. É importante ressaltar que a falta de uma educação de qualidade em comunidades de origem muitas vezes pode criar dilemas difíceis em torno do processo de reintegração. Crianças e adolescentes, famílias e trabalhadores sociais terão de considerar se é viável o retorno das crianças e adolescentes a locais onde não há acesso à educação ou se alternativas devem ser buscadas (como motivar a família a se aproximar das escolas ou acomodar as crianças e adolescentes com parentes durante o ano letivo).

Quadro 8: Apoio de trabalhadores sociais à educação das crianças e adolescentes

- Pedir a um educador qualificado que faça uma avaliação dos níveis e aspirações educacionais da criança, com relação à alfabetização, matemática etc.
- Realizar uma avaliação das “habilidades para a vida” da criança/adolescente, incluindo a resolução de problemas, comunicação e outras habilidades interpessoais, assim como consciência sobre educação em sexualidade, higiene, educação financeira, tarefas domésticas, etc.; em seguida, trabalhar para corrigir eventuais lacunas identificadas.
- Trabalhar para reconstruir os hábitos de estudo da criança/adolescente que esteve fora da escola por longos períodos.
- Certificar-se de que a criança tenha acesso à educação durante a fase preparatória e está preparada para qualquer diferença entre currículos no contexto atual e na comunidade de origem.
- Avaliar as necessidades de apoio financeiro às famílias para cobrir os custos educativos e de transporte escolar e considerar cuidadosamente a forma desse apoio; considerar a possibilidade de cobrir os custos de educação de outra criança/adolescente na família nuclear ou extensa para promover a reintegração como um benefício que vai além da criança/adolescente que retorna.
- Educar docentes sobre as necessidades educacionais e psicossociais das crianças e adolescentes em reintegração. Ajudá-los a construir relacionamento com as crianças e adolescentes individualmente, e estabelecer um relacionamento contínuo entre trabalhadores sociais e professores.
- Considerar se capacitação profissional pode ser uma opção melhor para alguns adolescentes.
- Trabalhar para aumentar o apoio e a acessibilidade física, acadêmica e social de crianças e adolescentes com deficiências físicas e mentais. Organizar treinamento sobre educação inclusiva para professores e administradores escolares.
- Encorajar a criação de clubes para inclusão de alunos

Consulte a seção 5 para obter orientação sobre como trabalhar para transformar as escolas e sistemas mais abrangentes a fim de apoiar a educação de todas as crianças e adolescentes em reintegração.

Fortalecimento da economia das famílias e apoio material

A pobreza é um fator subjacente significativo na grande maioria dos casos de separação entre crianças, adolescentes e famílias e causa principal em muitos outros. Consequentemente, é de fundamental importância compreender o possível papel desempenhado pela pobreza em qualquer caso de separação e abordar a questão de forma adequada e eficaz. Não há uma melhor maneira de abordar a pobreza na família para melhor apoiar a reintegração, porque as famílias e o ambiente onde vivem variam consideravelmente. Medidas eficazes de fortalecimento econômico podem reduzir tanto a pobreza quanto o estresse dentro de uma família. Durante a fase preparatória, é importante tomar as seguintes medidas:

- Use as informações contidas na avaliação da família para determinar a segurança do sustento da família. Quais são os seus recursos, capacidades, fontes de subsistência?
- Certifique-se de que as intervenções econômicas são adaptadas às capacidades da família e do contexto econômico. Uma família em nível de miséria necessita de apoio para consumo básico, como subvenção do governo ou transferência em espécie.
- Se o fortalecimento econômico das famílias for necessário, busque conhecimentos técnicos relevantes. Medidas para melhorar a estabilidade econômica da família podem incluir a criação de gado ou outros bens produtivos, o acesso a um programa de trabalho em troca de dinheiro, uma oportunidade estruturada de poupanças e empréstimos, treinamento relevante em educação financeira ou de habilidades técnicas, suporte para problemas de saúde ou deficiência, etc. Atente à prevenção de possíveis problemas de proteção à criança/adolescente (por exemplo, aumento do trabalho infantil, segurança em oficinas, iniciativas de emprego que deixam as crianças pequenas sem supervisão).
- Se forem necessárias novas iniciativas de fortalecimento econômico, procure parceiros de confiança que

permitam que famílias pobres alcancem seu autossustento. Se não for possível encontrar um parceiro adequado, os gestores terão de considerar a implementação de seu próprio programa de fortalecimento econômico¹⁵; com isso, pode ser necessário procurar uma equipe especializada ou consultores.

Além de fortalecimento econômico, outras formas de apoio material, como novas camas ou reparos na casa, podem ser oferecidas às famílias de acordo com a necessidade de facilitar o retorno da criança/do adolescente para a casa. No entanto, como mencionado acima, é importante gerenciar as expectativas e evitar a dependência insustentável de atores externos.

Por razões de harmonia social, os programas de fortalecimento econômico devem proativamente se esforçar para equilibrar as necessidades de famílias com crianças e adolescentes reintegrados e de famílias pobres em geral. Se existem várias instituições trabalhando na reintegração em um mesmo cenário é fundamental que definam uma estratégia conjunta. Além disso, as instituições precisam estar atentas a quaisquer mensagens inadvertidas que podem promover a separação da família (se uma criança afastada traz para casa presentes de ONGs, por exemplo).

O fortalecimento econômico eficaz pode depender do acesso a outros meios de suporte. Por exemplo, problemas de saúde mental ou emocional podem afetar a capacidade dos adultos em trabalharem regularmente. A falta de oportunidades de emprego perto de casa pode levar o principal assalariado a ter que migrar por causa do trabalho, dificultando os relacionamentos e cuidados em casa.

Outras formas de apoio

Além do exposto acima, crianças e adolescentes e famílias podem identificar outras necessidades de apoio na fase de planejamento, e as instituições devem estar abertas a atender a essas necessidades também. Deve-se lembrar de que, assim como as crianças e adolescentes mudam durante o período de separação, isso pode também acontecer às famílias, devido, por exemplo, à substituição ou morte ou nascimento de um membro, e as crianças e adolescentes podem precisar de apoio para lidar com dinâmicas familiares diferentes. As famílias podem se sentir isoladas e precisar de ajuda para identificar outros membros da comunidade que possam apoiá-las. A separação pode ter sido causada por não ser possível dar o devido cuidado às crianças e adolescentes, e os pais e cuidadores podem precisar de apoio para a reconstrução da confiança e para aprenderem competências parentais.

Determinando quem realizará o monitoramento e acompanhamento posterior

A fim de garantir uma transição suave e contínua, é importante estabelecer, antes da reunificação, quem acompanhará a criança: um trabalhador social da instituição, outro trabalhador (por exemplo, professor, trabalhador social do governo, organização comunitária), um voluntário da comunidade, um líder religioso, etc. Há vantagens em trabalhar com indivíduos da comunidade, como sua proximidade com a criança, adolescente e a família (especialmente em áreas afetadas por conflitos ou se há uma grande distância), e sua capacidade de oferecer percepções sobre os pontos fortes de várias relações. No entanto, devido à discriminação, sistemas de monitoramento da comunidade podem não ser apropriados para algumas crianças e adolescentes, e é importante perguntar à criança/adolescente e à família sobre suas preferências. Também pode ser exagerado esperar que não profissionais monitorem casos mais complexos. Se as instituições usarem um mecanismo de acompanhamento da comunidade, elas devem fornecer monitoramento, treinamento e supervisão. Em geral, é uma boa ideia que o trabalhador social faça visitas periódicas, que diminuam em número ao longo do tempo, e que as pessoas que vivem ou trabalham na comunidade de origem atuem como observadores mais próximos, com um claro ponto de contato, caso surjam problemas (ver seção 4.2.4).

15. Ver as seguintes fontes para orientação detalhada: Children and economic strengthening programs: Maximizing benefits and minimizing harm, Child Protection in Crisis (CPC) Network, Livelihoods and Economic Strengthening Task Force, 2013; Child safeguarding in cash transfer programming: A practical tool, Cash Learning Partnership (CaLP), Save the Children, Women's Refugee Commission and CPC Network, 2012; Household economic strengthening in support of prevention of family-child separation and children's reintegration in family care, Laumann, L., FHI 360, 2015.

4.2.3 O contato inicial entre criança/adolescente e família e a reunificação

Síntese

Quando o contato entre a família e a criança/adolescente tiver sido prejudicado, restabelecê-lo é uma parte importante do processo de reintegração que precisa ser tratada com cuidado, especialmente se houver culpa ou medo em ambos os lados. As crianças, adolescentes e as famílias devem estar adequadamente preparadas e o contato geralmente deve ser iniciado através de comunicação remota (por exemplo, via telefone, carta, etc.), seguido por encontros presenciais supervisionadas de curta duração e, então, por visitas supervisionadas mais longas à casa da família. Quando as crianças, adolescentes e as famílias estiverem prontas, o retorno permanente pode acontecer. A reunificação envolve a transferência formal ou mesmo legal da guarda para a família, e pode ser necessária, também, a transferência do acompanhamento do caso para outra instituição ou departamento. Ritos de passagem podem também ser valiosos nesta fase.

Contato inicial com famílias

O processo de reinserção da criança e adolescente na família e na comunidade deve ocorrer gradualmente, de acordo com as necessidades individuais de cada criança/adolescente, e não deve ser precipitado. Embora muitas crianças e adolescentes separados tenham contato com membros da família, outras podem ter ficado sem qualquer contato durante meses ou mesmo anos. De qualquer forma, a partir do momento em que a reunificação está sendo discutida, o primeiro contato que eles têm (por telefone, mensagem de vídeo ou pessoalmente) assume um significado a mais. O melhor é cobrir o maior número possível das etapas descritas no Quadro 9 abaixo, adaptando cada uma aos melhores interesses de cada criança e adolescente (levando em consideração questões de culpa, medo, etc.) e as realidades do ambiente, tais como a distância ou a natureza transfronteiriça da reintegração.

Quadro 9: Passos que poderão facilitar o contato inicial com as famílias

1. Contato remoto através de carta, e-mail, telefonema ou mensagem de vídeo: este contato inicial pode ajudar a quebrar barreiras emocionais, e permitir que as crianças e adolescentes e as famílias voltem a se conhecer. Incluir fotos e histórias pode ser positivo. Muitas cartas ou telefonemas podem ser necessários antes do contato face-a-face.

2. Reuniões presenciais curtas entre pais/cuidadores e crianças e adolescentes: Essas reuniões devem acontecer sob a supervisão direta de um trabalhador social. Esta primeira visita deve ser curta e 'criada para ser bem sucedida'. A equipe precisa ter um objetivo claro do que precisa ser alcançado, embora seja sensato não tomar decisões importantes neste momento. Sempre que possível, os pais devem se deslocar ao encontro da criança/adolescente, mesmo que a instituição financie a viagem, o que daria indicação clara do compromisso dos pais para com a reintegração. Em alguns casos, essas visitas não são seguras e um local neutro é a melhor opção, caso a criança tenha sido raptada e ainda não se sinta segura para revelar sua localização, por exemplo.

3. Visitas longas e supervisionadas à casa dos pais/cuidadores: Os objetivos destas visitas são avaliar o funcionamento familiar e a capacidade da criança/adolescente de se readaptar a comunidade e ao seu estilo de vida. O trabalhador social deve estar preparado para intervir a qualquer momento caso a criança/adolescente esteja enfrentando desafios consideráveis.

4. Visitas longas e não supervisionadas à casa dos pais/cuidadores: Este tipo de encontro é realizado

somente depois de uma visita supervisionada bem sucedida. Além disso, o trabalhador social deve estar seguro de que a criança será capaz de se reajustar ao estilo de vida local e de que os pais/cuidadores serão capazes de cuidar da criança/do adolescente.

Ao longo desta fase, é importante que as instituições restabeleçam o contato com outros irmãos que podem não estar morando com os pais, e podem, por exemplo, estar em atendimento institucional separadamente da criança/adolescente em reintegração.

Nunca é recomendado usar a lei para forçar os pais ou outros cuidadores a aceitarem uma criança para reunificação. No entanto, é importante fazê-los entender o impacto negativo em longo prazo que a rejeição à reunificação causaria e ajudá-los a construir uma visão positiva de como poderia ser seu relacionamento com o filho. É crucial que os pais/cuidadores entendam que se as crianças e adolescentes não são ajudadas a manter essa conexão, e se elas não têm a chance de se adaptarem ao estilo de vida local, elas dificilmente voltarão à comunidade, mesmo após a conclusão da escolaridade. Se os pais/cuidadores ou a criança/adolescente recusarem a reunificação, o trabalhador social deve revisitar o plano. Se nenhuma opção apropriada for encontrada, as crianças e adolescentes terão de ser mantidas sob cuidados alternativos e, a partir de então, se a reintegração não for possível ou apropriada, deve-se encontrar uma nova família permanente através de adoção ou kafala, por exemplo. Em todos os casos, deve haver contato contínuo com os membros da família, desde que isso esteja no melhor interesse da criança/do adolescente.

Mesmo quando a reconexão corre bem, alguns pais/cuidadores não querem assumir a responsabilidade jurídica plena, talvez acreditando que seus filhos poderiam receber melhores cuidados sob acolhimento familiar ou institucional fornecido pelo estado. Recomenda-se que as instituições procedam com cautela, já que a relação que os pais têm com os trabalhadores sociais pode reforçar a sua crença de que a equipe da instituição é mais qualificada do que eles mesmos para cuidar de seu filho. Aqui, construir a confiança da família e seu domínio do processo por meio de conferência familiar (ver Quadro 6) pode ajudar.

Reunificação familiar

A reunificação é a etapa em que o cuidado e/ou a tutela formal da criança/do adolescente é dada de volta aos pais ou cuidadores habituais. Pode acontecer na casa da família acolhedora, em um centro de passagem, em um local neutro ou na comunidade de origem da criança/do adolescente. Uma vez que este evento é emocionalmente desafiador para as crianças e adolescentes, recomenda-se que elas tenham o maior controle possível: seja escolhendo o trabalhador social para acompanhá-los, escolhendo o que vestir etc. Os passos para este processo estão incluídos no Quadro 10 abaixo.

Quadro 10: Potenciais passos do processo de reunificação familiar

- **Transferência dos cuidados para a família novamente.** Na medida do possível, os pais/cuidadores devem manifestar por escrito a sua vontade de reassumir a responsabilidade pela criança/adolescente e que eles entendem as implicações disso. Caso seja necessário, o trabalhador social apresentará a documentação às autoridades competentes (comissão de bem-estar infantil, juiz, comissão de controle, Tribunal Administrativo, autoridades locais) para aprovação formal. Em algumas jurisdições, a guarda é transferida temporariamente e, então, reavaliada numa data posterior.
- **Transferência de caso.** Se a reunificação se dá à distância, a coordenação do planejamento do caso e o próprio arquivo são muitas vezes passados para outra instituição ou departamento do governo. Isso deve ser feito com a permissão da criança/adolescente e da família, e de uma forma clara e documentada. Recomenda-se que, quando possível, o trabalhador social acompanhe a criança/adolescente no encontro com a pessoa que assumirá o caso, analise a papelada com eles, e envolva as autoridades locais.
- **Pacote de reunificação e inscrição nos serviços, incluindo educação formal.** Em circunstâncias excepcionais, apoio material pode ser oferecido no momento da reunificação, embora se deva lidar com isso de forma extremamente cautelosa. Quando o acesso à nova comunidade é limitado, a reunificação torna-se a oportunidade para fechar acordos de novos serviços como, por exemplo, matrícula na escola local, creches ou prestadores de serviços de saúde.
- **Notificação de transição.** As crianças e adolescentes são beneficiadas ao receberem ajuda adequada para se despedir de seus colegas (da rua ou do espaço de acolhimento, por exemplo) e para discutir como podem manter contato. A família e/ou comunidade que está se preparando para o retorno da criança pode querer fazê-lo de forma pública através, por exemplo, de discursos ou de uma cerimônia de boas-vindas/transição mais elaborada. É importante que a criança/adolescente seja informada das expectativas da comunidade, e esteja feliz em cooperar.

4.2.4 Apoio pós-reunificação

Síntese

Crianças e adolescentes reintegradas beneficiam-se do acompanhamento de apoio uma vez que retornem às suas comunidades de origem, incluindo aquelas que voltaram para casa sem a intervenção de uma instituição. É essencial que as instituições monitorem atentamente as crianças e adolescentes em seu retorno às famílias. Visitas presenciais são essenciais, embora o acompanhamento possa ser feito parcialmente através de telefonemas. As comunidades podem ajudar no monitoramento, mas os trabalhadores sociais precisam estar envolvidos.

Crianças, adolescentes, famílias e comunidades precisarão de diferentes formas de acompanhamento posterior incluindo a manutenção do apoio para enfrentar as causas profundas da separação, como violência ou pobreza; da assistência ao acesso a serviços básicos como saúde e educação; do trabalho para enfrentar o estigma e a discriminação comumente enfrentados pelas crianças e adolescentes reintegrados; do apoio terapêutico e mediação, e do apoio à formação de novas amizades. Abordar as causas profundas da separação dentro da família e da comunidade é vital para prevenir nova separação, e, se a abordagem for conduzida com cuidado, pode-se fortalecer ainda mais os esforços para essa prevenção.

As crianças e adolescentes reintegradas e suas famílias lucram com o acompanhamento posterior. Se houve preparação extensiva, se foi identificado no planejamento que pouco apoio pós-reunificação seria necessário, e se todos se sentem prontos para tal transição, então a intensidade das intervenções e duração desta fase pode ser mínima. Em muitos casos, no entanto, há muito trabalho a ser feito em nível individual, familiar e comunitário. Os primeiros meses, geralmente, são os mais importantes.

O acompanhamento posterior é tão importante quanto o trabalho realizado durante a fase preparatória. Menos espaço é dado a ele neste documento, pois grande parte da orientação incluída na seção 4.2.2 também se aplica aqui, e, portanto, deve ser revisitada.

Monitorando o bem-estar da criança

É essencial que a segurança e o bem-estar de cada criança/adolescente sejam monitorados com cuidado após a reunificação. Conforme definido no ponto 4.2.2, uma gama de indivíduos e instituições pode estar envolvida no monitoramento do bem-estar da criança. Diferentes formas de monitoramento podem, também, ser utilizadas, com base nas preferências e necessidades da criança/adolescente e da família, nos recursos disponíveis (nos níveis de instituição, comunitários e familiares), nas distâncias a cobrir, nas questões de proteção, etc. O monitoramento pode envolver telefonemas para a criança, família ou prestadores de serviço, mas também deve incluir visitas presenciais. Onde existir um grande número de crianças e adolescentes em reintegração, as instituições podem complementar monitoramento e suporte individual com apoio coletivo, onde as necessidades de um grupo em reintegração são supridas (através da troca de experiências, por exemplo). Recomenda-se que um protocolo interinstituição estabeleça critérios de referência para o nível e tipos de contato e apoio que cada criança deve ter após a reunificação. É importante, então, monitorar a segurança e bem-estar de cada criança para determinar se os critérios de referência estão sendo regularmente satisfeitos e se é necessária uma ação adicional.

Durante a fase de acompanhamento, o trabalhador social deve falar com a criança, pais, irmãos, outros familiares e indivíduos relevantes que estejam ligados ao bem-estar da criança/adolescente (por exemplo, professores, membros da comissão de proteção à criança, líderes religiosos). A equipe deverá falar com cada criança/adolescente em particular para identificar quaisquer preocupações. Ela deve procurar por sinais de abuso ou negligência, já

que famílias e comunidades podem ser particularmente hábeis em esconder maus-tratos à criança. É importante reconhecer que a situação da família pode mudar ao longo do tempo, e que um bom começo para o processo de reintegração nem sempre significa que ele vai continuar a correr bem. As instituições devem garantir que a criança/adolescente ou alguém em quem ela confia tenha uma maneira de entrar em contato com o trabalhador social e um plano de emergência se a intervenção imediata for necessária.

É importante ressaltar que o monitoramento pode trazer consequências negativas não intencionais (por exemplo, continuar a chamar a atenção para o fato de a criança ter sido traficada ou ter feito parte de um grupo armado). A equipe deverá encontrar uma forma de ter discussões discretas e confidenciais. O trabalhador social deverá preencher relatórios detalhados de monitoramento e os resultados deverão ser discutidos com um supervisor (e outros prestadores de serviços, se necessário) regularmente¹⁶.

Acompanhamento posterior

Grande parte da orientação fornecida na seção 4.2.2 sobre a preparação também se aplica a este estágio. A equipe precisa verificar se o suporte pós-reunificação estabelecido no plano está sendo recebido e monitorar toda a gama de fatores que afetam o bem-estar de uma criança, incluindo:

- Suporte, já em curso ou diferente, que aponte as causas profundas da violência no lar, como recaídas no vício, e outros esforços para lidar com o abuso, a violência e negligência em famílias (ver seção 4.2.2).
- Garantir que crianças e adolescentes e famílias tenham acesso permanente aos cuidados de saúde, educação e outros serviços básicos (ver seção 4.2.2).
- Oferecer acolhimento temporário, quando crianças e adolescentes e famílias precisarem de curtos períodos afastados (ver seção 4.2.2).
- Monitorar a eficácia do apoio ao fortalecimento econômico e oferecer apoio adicional seguindo a orientação oferecida na seção 4.2.2.
- Continuar a apoiar os esforços para enfrentar o estigma e a discriminação através do trabalho com a comunidade, incluindo líderes religiosos (ver seção 5).
- Fornecer orientação sobre como fazer novas amizades, bem como o reestabelecimento das antigas.
- Trabalhar para reforçar pontos fortes e resiliências que as crianças e adolescentes podem ter adquirido durante o período de separação. As crianças e adolescentes podem sentir que as habilidades que aprenderam e o orgulho que eles sentem por serem sobreviventes contrastam com a forma como são vistos pela comunidade.
- Garantir que as crianças e adolescentes tenham a oportunidade de discutir experiências e receber apoio terapêutico quando necessário (ver 4.2.2); considerar grupos de apoio de acordo com a demanda.

O apoio pode ser oferecido diretamente pelos trabalhadores sociais ou através de encaminhamentos a outras instituições, embora este trabalhador social deva sempre coordenar a assistência prestada.

Quando problemas forem encontrados, é importante que a equipe seja capaz de tomar decisões. Tais atitudes podem incluir uma revisão formal do planejamento do caso da família (incluindo a possibilidade de nova convocação para uma reunião familiar), acompanhamento mais regular da família e da criança e um maior apoio a elas através, por exemplo, de suporte financeiro adicional, mais aconselhamento ou orientação, mais apoio educacional ou o reforço econômico mais eficaz. Por fim, se a reintegração falhar, a criança/adolescente precisará ser colocada sob cuidados alternativos enquanto outras opções são consideradas (ver UN GA 2010 para mais orientações).

16. P pode cobrir (i) o quão sucedido a reunificação tem sido até à data; (ii) se é necessário ou não mais monitoramento e, em caso afirmativo, quando e quantas vezes, ou, ainda, se o caso pode ser fechado (ver 4.6); e (iii) se quaisquer outras formas de intervenção são necessárias ou não para proteger a criança, incluindo outras formas de apoio para a criança, adolescente e / ou família. As informações sobre o caso devem ser confidenciais e protocolos de armazenamento de dados devem ser seguidos.

Reunificação espontânea ou repentina

Alguns meninos e meninas voltarão para casa por conta própria, sem a intervenção de instituições, ou podem reintegrar-se repentinamente, caso uma instituição feche as portas, por exemplo. Como todas as crianças e adolescentes em reintegração, eles se beneficiarão do acompanhamento e apoio pós-reunificação, e, de fato, poderão ter essa necessidade especificamente, já que eles e suas famílias não estavam preparados para a reunificação. É importante realizar uma avaliação completa e colocar em prática planos para apoiar essas crianças, adolescentes e suas famílias. Essas crianças e adolescentes geralmente têm baixa prioridade, já que os vínculos com a família parecem já ter sido restabelecidos; no entanto, os problemas em tais casos muitas vezes vêm à tona após o fim do “período de lua-de-mel”, quando os conflitos dentro da família aumentam.

Reintegração e estratégias de prevenção à separação

O processo de reintegração é uma clara oportunidade para que as instituições se envolvam na prevenção da separação familiar. Visitas às comunidades de origem como parte dos esforços para monitorar e apoiar a reintegração oferecem uma oportunidade de identificar os fatores que levam à separação, e uma chance de abordar algumas de suas causas.

Para reduzir o fluxo de crianças e adolescentes separadas precisando de apoio a reintegração, é importante que:

- as instituições estabeleçam um mecanismo interno para apresentar informações relevantes e sistemas interinstituições de alerta antecipado que indicam quando os fatores que conduzem à separação estão crescendo;
- os gestores de programas analisem regularmente os dados da instituição em busca de vulnerabilidades que possam levar à separação. Esta análise deve ser utilizada de forma coordenada entre as instituições para informar intervenções destinadas a resolver algumas das causas subjacentes comuns ao colapso familiar;
- a equipe utilize as oportunidades criadas pelas visitas preparatórias e de acompanhamento posterior para abordar as causas profundas da separação por meio da conscientização dos riscos de separação, por exemplo, ou construindo a capacidade das instituições nas comunidades.

Durante todo o processo de reintegração, é crucial que as instituições não promovam a separação da família acidentalmente, como, por exemplo, ao dizer que as crianças e adolescentes separadas não receberão mais apoio do que seus colegas ao voltarem para casa. É particularmente necessário dar especial atenção ao planejamento e comunicação de qualquer apoio material (uma cama ou taxas escolares, por exemplo). As instituições são encorajadas a acompanhar a comunidade para descobrir como a assistência tem sido interpretada; se ela, de alguma forma, for vista como um incentivo à separação, eles, então, serão aconselhados a tomar medidas imediatas.

4.2.5 Encerramento de caso

Síntese

Casos de reintegração são encerrados quando a segurança e o bem-estar da criança/adolescente estiverem assegurados e os objetivos do plano mais recente tiverem sido cumpridos. Pode ser um processo difícil para a criança/adolescente e o trabalhador social e deve ser tratado com cuidado.

O fim do monitoramento ou o encerramento de um caso é dado quando o trabalhador social está confiante de que a segurança e o bem-estar da criança/adolescente estão garantidos. O encerramento do caso só deve ser considerado quando os objetivos acordados na versão mais recente do plano tiverem sido cumpridos, ou seja, quando houve um progresso adequado em relação aos parâmetros claros, ou se o filho ou pai/cuidador tiver solicitado proativamente. Em ambos os casos, o seguinte processo deve ser seguido:

- rever todas as observações e anotações feitas durante todo o período de monitoramento;
- considerar com a criança/adolescente e a família o progresso global que fizeram a partir dos objetivos do planejamento;
- recorrer a rede de serviços (incluindo professores, trabalhadores de saúde, etc.) para obter uma ampla gama de perspectivas; e
- avaliar cuidadosamente a probabilidade e gravidade potencial dos riscos para a criança/adolescente.

Quando todas essas informações tiverem sido consideradas, o trabalhador pode recomendar que o caso seja encerrado, com uma decisão final a ser feita por um supervisor ou uma comissão interinstituições.

O encerramento do caso, ponto final da intervenção da instituição, precisa ser uma meta explícita, reiterada em momentos importantes desde o primeiro dia. Dado o medo compreensível de muitas crianças e adolescentes de abandono por parte do trabalhador social e/ou sistema de proteção à criança, recomenda-se fornecer um prazo estimado para o processo de encerramento.

A criança pode ter passado meses ou mesmo anos sob assistência e apoio da instituição e desenvolvido um vínculo estreito com trabalhadores específicos. Ela deve ser informada, de forma delicada, sobre o fim das visitas da instituição e quando isso acontecerá. Toda a documentação atualizada deve ser mantida confidencialmente caso haja nova separação e casos tenham de ser reabertos. Quando necessário, é importante vincular a criança/adolescente a quaisquer serviços oferecidos àquelas que estão deixando esse tipo de cuidado.

O encerramento do caso pode ser difícil para um trabalhador social. No entanto, continuar a acompanhar uma família quando a criança/adolescente já está segura é caro e contribui para a sua dependência da instituição. Desde o início, as instituições devem evitar que a mentalidade de 'nossos filhos' se enraíze na equipe, sejam os trabalhadores remunerados ou voluntários; eles devem discutir ativamente e monitorar essas percepções através de agentes de base comunitária.

O período de tempo que a instituição trabalha com a família depende da rapidez com que avança adequadamente, levando em conta com clareza os acordos referentes no plano, e não deve haver qualquer período de tempo definido ou número de visitas estabelecido. Esta abordagem flexível pode exigir que as instituições instruam os doadores, governos locais e outros prestadores de serviços.

5.

TRABALHANDO COM COMUNIDADES E ESCOLAS

Síntese

Além de uma abordagem de estudo social individualizado com crianças, adolescentes e famílias, os esforços com escolas e comunidades em geral são importantes para uma reintegração bem sucedida. As escolas e as comunidades podem ajudar tanto a combater o estigma e a discriminação, quanto a acompanhar e apoiar crianças e adolescentes em reintegração.

Ao mesmo tempo em que um método de estudo de caso com meninas e meninos e suas famílias individualmente é vital, para que a reintegração seja bem sucedida uma mudança mais ampla é muitas vezes necessária para assegurar que as comunidades acolham essas crianças e adolescentes e que elas e suas famílias possam receber os serviços de que necessitam. Esta seção aborda o trabalho com comunidades e escolas, com a parte final das presentes orientações oferecendo recomendações para a mudança de políticas de apoio à reintegração.

5.1 Trabalhando com as comunidades

As comunidades desempenham um papel vital na reintegração das crianças e adolescentes, e o fato delas estarem ou não dispostas a acolher, acompanhar e apoiar o retorno de meninos e meninas pode ter um efeito significativo sobre o bem-estar dessas crianças e adolescentes. O papel das comunidades pode ser especialmente importante em ambientes onde existe pouca rede de serviços sociais formal. Trabalhar com as comunidades pode incluir:

- Envolver-se com líderes ou grupos comunitários (por exemplo, comissões de proteção à criança, vilas ou líderes religiosos) para explorar seus sentimentos sobre as crianças e adolescentes que retornam incentiva uma maior compreensão dos desafios enfrentados por elas enquanto separadas, e ajuda com os esforços para reduzir a discriminação contra elas. Aqui, técnicas criativas para a sensibilização podem ser úteis (como, por exemplo, a criação de uma produção de teatro que, com sensibilidade, destaca as experiências das crianças e adolescentes e os pontos fortes que elas trazem para a sua comunidade).
- Pedir aos vizinhos que apoiem as crianças e adolescentes no (re)aprendizado de suas línguas e tradições locais.
- Convocar reuniões com as comunidades para explorar quaisquer tensões que possam existir, reconhecendo que estas podem surgir a partir de estigma e discriminação contra as crianças e adolescentes reintegrados, e de crianças e adolescentes que continuam a se comportar de uma maneira que a comunidade rejeita (por exemplo, comportamento sexualizado, uso de drogas ou álcool).
- Ativar um diálogo entre a criança/adolescente, a família e a comunidade, se a comunidade sentir que a criança tem agido de uma maneira que rompe com as tradições.
- O uso cuidadoso das cerimônias tradicionais ou religiosas, ou reparações por parte da comunidade, caso a criança tenha agido de forma considerada desonrosa, garantindo que seu bem-estar seja priorizado e que suas qualidades também sejam reconhecidas.
- Quando grandes grupos de crianças e adolescentes estão sendo reintegrados, oferecer apoio através

de troca de experiências, como grupos de apoio ou colocando cada criança recém-chegada com um amigo que esteja mais à frente no processo. Pode, também, ser importante oferecer um apoio concreto às escolas para que acomodem mais alunos (por exemplo, uma sala de aula adicional).

- Trabalhar com a comunidade para evitar nova separação - por exemplo, através da conscientização da importância da unidade familiar, formando grupos de pais para que construam mutuamente habilidades parentais/em cuidados, ou da criação de cooperativas para aumentar os rendimentos.
- Trabalhar com a mídia local para mudar atitudes em relação à reintegração de crianças e adolescentes na comunidade. Aqui, a reintegração de crianças, adolescentes e seus pais/cuidadores pode apresentar uma oportunidade de compartilhar suas histórias, embora eles devam sempre ser capazes de fazer escolhas conscientes sobre sua participação (ver 3.4).
- Processos de reconciliação, consolidação da paz e justiça restaurativa nos casos em que as crianças e adolescentes tenham sido envolvidas em/expostas a conflito ou crime.

5.2 Trabalhando com escolas

Como observado acima, a educação desempenha um papel essencial na reintegração de crianças e adolescentes separadas, e há muito que as escolas podem fazer para apoiar este processo.

- Compreender qualquer discriminação que a criança/adolescente possa vir a enfrentar na escola por parte de professores, pais e alunos, e fazer esforços para combater essa discriminação. Crianças e adolescentes em reintegração devem ser envolvidas nas discussões em torno do quanto suas histórias devem ser compartilhadas com esses grupos.
- Fornecer suporte adicional para ajudar as crianças e adolescentes em reintegração que perderam aulas a alcançarem a matéria perdida.
- Proativamente preparar os pais para a reintegração de grandes grupos de crianças e adolescentes, garantindo-lhes que as crianças e adolescentes regressadas e a equipe escolar continuarão recebendo suporte, e que haverá oportunidades para resolver quaisquer problemas que venham a surgir.
- Quando houver reintegração em larga escala numa mesma área, financiar programas de ensino intensivo (com currículo, professores e material de apoio especializados) e/ou oficiais de reintegração escolar, que possam trabalhar com os alunos individualmente, bem como com a equipe e a comunidade em geral (ver exemplo 7 abaixo).
- Envolver-se com os alunos para ajudá-los a compreender os problemas que as crianças e adolescentes em reintegração vivenciaram e envolvê-los de forma construtiva no sentido de ajudá-las a se reinserirem na escola e na comunidade.
- Certificar-se de que as escolas sejam um porto seguro para as crianças e adolescentes - trabalhar para reduzir a violência e tomar medidas para lidar com situações em que as escolas sejam usadas como área de recrutamento para o tráfico, gangues ou crianças e adolescentes-soldados.

Exemplo 7: Trabalhando com professores na reintegração de crianças e adolescentes que estavam sob abrigo na Moldávia

Na Moldávia, a reorganização do sistema de cuidados infantis e o fechamento de instituições de grande escala levaram à reintegração em massa de crianças e adolescentes a suas famílias, escolas e comunidades. Muitas dessas crianças e adolescentes foram colocadas sob abrigo por terem sido identificadas como tendo necessidades especiais e receberam um currículo diferenciado por conta disso. Sabendo que as crianças e adolescentes podem ter dificuldades inicialmente nas escolas regulares, e reconhecendo que a forma como seriam recebidas nas escolas seria vital para a sua integração nas comunidades, a ONG Partnerships for Every Child - Moldova treinou professores e equipe de apoio escolar em educação inclusiva e formas de apoiar crianças e adolescentes em reintegração. Isto tem ajudado a superar a resistência à escola e à comunidade e permitiu uma transição mais suave de volta às comunidades (Family for EveryChild e Partnership for EveryChild Moldova 2014).

6.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Síntese

O monitoramento cuidadoso dos processos de reintegração é vital tanto para garantir intervenções de qualidade que beneficiem crianças e adolescentes, quanto para a aprendizagem em geral. O monitoramento e a avaliação devem ocorrer em três níveis: no caso individual, no programa de uma instituição, e nos esforços gerais de reintegração de diversos atores envolvidos. Crianças, adolescentes, famílias e demais interessadas envolvidas no processo de reintegração devem ser consultadas no desenvolvimento de indicadores de sucesso. A aprendizagem deve também ser amplamente compartilhada para melhorar a reintegração e os sistemas mais amplos de proteção à criança/adolescente.

Uma forte base de evidências é vital para melhorar a aprendizagem em torno da reintegração e seus programas, e para provar seu valor.

O monitoramento pode ocorrer em três níveis distintos que se interligam:

- o caso individual - a fim de acompanhar o bem-estar da criança e da família e informar planos de assistência;
- o programa da instituição - a fim de acompanhar o progresso, a qualidade e a eficácia da execução e informar o planejamento e desenvolvimento de programas;
- os esforços gerais de reintegração de múltiplos atores - a fim de identificar cobertura, lacunas e boas práticas eficazes.

O monitoramento e a avaliação da reintegração exigem um trabalho com todas as partes interessadas para identificar os principais elementos de uma reintegração "bem sucedida" e para produzir indicadores de sucesso. Alinhada com as definições incluídas nestas diretrizes, a 'reintegração bem sucedida' deve considerar não apenas se crianças, adolescentes e famílias foram reunidas, mas também se elas têm um sentimento de pertencimento e propósito em todas as esferas da vida. Os indicadores podem ser desenvolvidos por instituições individuais ou, no caso de uma atuação coordenada, por um grupo de instituições trabalhando em conjunto. Em ambos os casos, os indicadores devem ser desenvolvidos com a participação de¹⁷:

- crianças e adolescentes em processo de reintegração, perguntando-lhes o que poderia ajudá-las no futuro;
- crianças e adolescentes já reintegradas, perguntando-lhes o que lhes foi importante para o sucesso da reintegração;
- crianças e adolescentes locais, perguntando-lhes sobre o que ajudaria uma criança a se reintegrar na comunidade;
- famílias, perguntando sobre que tipo de apoio lhes foi importante no processo de reintegração;
- idosos, líderes religiosos ou outros adultos, perguntando-lhes sobre os elementos necessários para que uma criança se sinta aceita e incluída na comunidade.

17. As informações desta seção foram retiradas do próximo kit da RISE/Retrak sobre monitoramento e avaliação na reintegração (RISE Learning Network 2016).

Além de ajudar a desenvolver indicadores, essas discussões também podem melhorar a compreensão acerca da reintegração em contextos locais. Tais discussões podem envolver as seguintes questões:

- Como você saberia se uma criança foi integrada e aceita em sua família e na comunidade?
- Como você definiria uma criança bem integrada? Como elas agem? Quais são suas qualidades?
- Como você definiria uma família protetora e acolhedora? Como ela atua? Qual sua importância na reintegração?
- Como seria uma criança com um forte sentimento de pertencimento e propósito? Como ela age? Qual sua importância na reintegração?

Alguns exemplos de indicadores estão incluídos na tabela 1 abaixo, que abrange os indicadores de rendimento/processo (produtos diretos ou serviços prestados) e de impacto e resultado (que analisam o sucesso dos esforços de reintegração e mudanças na criança, família, comunidade ou na conjuntura política, capazes de potencializar a reintegração). Estes exemplos foram desenvolvidos para inspirar uma análise da variedade de fatores que afetam a reintegração. Os desenvolvedores de programa são fortemente encorajados a criar seus próprios indicadores, com base nas especificidades de seu programa e nas perspectivas dos intervenientes envolvidos nos processos de reintegração.

Planejamento e orçamento são importantes desde o início na implementação de uma estratégia de monitoramento e avaliação, e é importante implementá-la ao longo de todas as etapas do processo de reintegração. Os gestores devem incentivar a equipe a buscar soluções ao encararem desafios durante o processo. Deve-se reconhecer que a reintegração é extremamente difícil e que esse processo nem sempre acontece de forma harmoniosa. Quaisquer dados coletados devem contribuir para processos de aprendizagem maiores, para melhorar o desempenho geral dos sistemas de proteção à criança.

Exemplo 8: Monitoramento do bem-estar infantil em programas de reintegração na Etiópia e Uganda

Na Etiópia e Uganda, a ONG internacional Retrak desenvolveu um modelo para monitorar o bem-estar infantil entre crianças e adolescentes em reintegração que tenham ligação com as ruas. As avaliações cobrem seis aspectos de bem-estar da criança usando 12 metas mensuráveis em áreas como alimento e nutrição, saúde, bem-estar emocional e educação e competências. Após conversas informais com as crianças e adolescentes e suas famílias e observação do ambiente doméstico por uma equipe treinada, o bem-estar é classificado a partir de cada uma dessas metas entre “bom” e “muito ruim”. Por exemplo, a saúde emocional pode ser classificada como “boa” se a criança está “feliz e contente, com bom humor, no geral, e visão otimista”. Seria classificada como muito ruim se ela “parece sem esperança, triste, deslocada, deseja morrer, ou quer ser deixado sozinho.” As crianças e adolescentes são avaliadas em intervalos regulares durante todo o processo de reintegração e o apoio oferecido é adaptado a fim de refletir as necessidades identificadas em tais avaliações. A Retrak também usou os resultados da ferramenta para reforçar uma abordagem mais ampla à reintegração. A ferramenta mostrou, por exemplo, como o bem-estar das crianças e adolescentes diminui de acordo com a quantidade de tempo que passam nas ruas, reiterando a necessidade de intervir rapidamente em novos processos e facilitar o regresso a casa o mais rápido possível. A ferramenta também mostrou como o bem-estar das crianças e adolescentes melhora durante sua reintegração, fornecendo evidências concretas do valor do investimento neste processo, as quais a Retrak tem usado em seus esforços de defesa (Corcoran e Wakia 2013).

Tabela 1: Exemplos de indicadores para o monitoramento de programas de reintegração

Etapa no processo de reintegração	Indicadores de resultados	Indicadores de conclusões e impacto
Localização, avaliação e planejamento	<p>Número de casos de localização de famílias bem sucedidos</p> <p>Número de avaliações individuais feitas com a criança/família/comunidade para determinar a pertinência da reintegração</p> <p>Número/porcentagem de crianças em reintegração que têm um planejamento de caso</p> <p>Número/porcentagem de planejamentos de caso que são revistos regularmente (a cada três meses)</p>	<p>Criança/família sente-se plenamente ouvidos em torno de decisões sobre a reintegração/o plano de caso</p> <p>Criança/família é clara sobre o plano (sobre decisões relativas a reintegração/o apoio que receberá, por exemplo)</p> <p>Criança/família sente-se feliz com as decisões relativas à reintegração da criança/ao plano caso</p>
Apoio pré-reunificação	<p>Número de reuniões, visitas e chamadas pré-reunificação</p> <p>Apoio recebido durante a fase de pré-reunificação, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número e porcentagem de crianças que estão envolvidas no trabalho de construção de competências de vida / recebimento de apoio escolar para recuperar o conteúdo perdido • Número de sessões de apoio oferecidas para crianças/famílias • Número de famílias/cuidadores que receberam apoio através de programas parentais • Treinamento em geração de renda ou apoio inicial as famílias • Número e descrição das atividades de sensibilização realizadas com professores/líderes comunitários/comunidade em geral • Número de crianças colocadas sob cuidados alternativos seguros/ apropriados, enquanto aguardam reintegração • Número de crianças que recebem apoio para obter documentos de identidade legais 	<p>Crianças demonstraram aumento na confiança e auto-estima</p> <p>Crianças demonstraram aumento em comportamentos positivos</p> <p>Crianças melhoraram seu nível educacional durante a fase preparatória</p> <p>Os lares das crianças estão economicamente estáveis</p> <p>As crianças afirmaram ter esperança em relação ao futuro</p> <p>As crianças afirmaram estar prontas e dispostas a voltarem para casa</p> <p>As famílias afirmaram estar prontas para receberem as crianças</p> <p>Houve redução no estigma e na discriminação dentro das comunidades</p> <p>As crianças têm um relacionamento estável com o cuidador permanente</p> <p>As crianças têm documentos de identidade legais</p>

<p>Reunificação</p>	<p>Número e porcentagem de crianças que se reuniram às famílias</p>	<p>Crianças e famílias são capazes de aceitar a reunificação</p> <p>As famílias concordam o plano de apoio pós-reunificação</p> <p>As crianças se sentem bem-vindas dentro de suas famílias</p> <p>Transferência dos documentos do caso às autoridades locais</p>
<p>Apoio pós-reunificação</p>	<p>Número/regularidade das visitas de acompanhamento e por quanto tempo essas visitas continuam a acontecer</p> <p>Apoio recebido após a reunificação, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de casos de abuso e negligência (e porcentagem destes que são atendidos/quem responde a estes casos) • Número de comitês comunitários de proteção infantil que apoiam as crianças (a cada 100 crianças na população) • Número de assistentes sociais apoiando crianças (por 100/1000 crianças na população) • Número e porcentagem de crianças em reintegração ou não que tenham acesso à educação • Número de empréstimos às famílias • Número de crianças e famílias recebem serviços de saúde, e descrição desses serviços 	<p>As crianças têm relacionamentos positivos com seus pais/cuidadores</p> <p>Os pais e cuidadores sentem-se apoiados e são capazes de contrair e desafiar qualquer vergonha ou estigma que venham a sofrer</p> <p>As crianças sentem-se seguras em suas famílias</p> <p>Casos de abuso infantil são atendidos apropriadamente</p> <p>As crianças melhoraram seu nível educacional durante a fase de acompanhamento</p> <p>As crianças sentem-se acolhidas e aceitas na sala de aula</p> <p>Crianças/membros da família têm uma melhor condição de saúde</p> <p>Crianças/membros da família têm uma melhor condição de saúde</p> <p>Crianças (e membros de família) têm o suficiente para comer durante o ano inteiro</p> <p>Crianças e famílias não enfrentam estigma e discriminação na comunidade</p> <p>Crianças e famílias recebem apoio para acessar suporte religioso ou espiritual</p>
<p>Indicadores de resultados e impacto do processo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As crianças e famílias são capazes de aceitar a reunificação • As famílias concordam com um plano de apoio pós-reunificação • As crianças se sentem acolhidas em suas famílias • Transferência dos documentos do caso às autoridades locais 		

7. CONCLUSÃO

Dar às crianças e adolescentes separadas a oportunidade de voltar à sua família de origem é um direito fundamental e de importância vital para o bem-estar da criança e adolescente; assim, governos, ONGs, organizações religiosas, organismos das Nações Unidas e outros devem apoiar a sua reintegração. Esse pode ser um processo complexo, muitas vezes demorado, e é necessário apoio suficiente para preparação e acompanhamento apropriados.

Existem várias prioridades na criação de um ambiente que seja totalmente favorável à reintegração.

- Criar orientações em nível nacional e políticas de reintegração infantoadolescente que estejam em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e sejam guiadas por outras políticas globais e orientações relevantes, incluindo estas diretrizes.
- Construir uma força de trabalho pelo bem-estar infantoadolescente com as habilidades e atitudes necessárias para apoiar a reintegração das crianças e adolescentes.
- Estabelecer um sistema de acompanhamento dos casos que apoie crianças e adolescentes e famílias ao longo de todas as fases do processo de reintegração.
- Coordenar e colaborar com os atores que trabalham na área de proteção às crianças e adolescentes, e aqueles que trabalham em outros sistemas, incluindo saúde, educação e fortalecimento econômico, e aqueles que apoiam crianças e adolescentes com deficiência.
- Reconhecer e apoiar o papel fundamental desempenhado pelas comunidades na reintegração das crianças e adolescentes.
- Trabalhar para apontar as causas profundas da separação inicial ou recorrente, tais como pobreza e violência.
- Desenvolver estratégias para enfrentar discriminação contra grupos de crianças e adolescentes em reintegração.
- Avaliar os programas de reintegração, e verificar/apontar falhas na cobertura.

GLOSSÁRIO DE TERMOS-CHAVE

Para efeito das presentes orientações, os termos-chave são interpretados como se segue.

Cuidado alternativo: Inclui assistência formal e informal de crianças e adolescentes fora do cuidado parental. Quando o cuidado alternativo é oferecido como medida temporária, ele deve ter o propósito claro de oferecer às crianças e adolescentes um ambiente de proteção e carinho, enquanto são feitos esforços para encontrar lares permanentes. Cuidados alternativos incluem cuidados de parentes, acolhimento familiar, vida independente supervisionada e cuidado residencial (GA ONU 2010).

Melhores interesses da criança: Em relação aos cuidados das crianças e adolescentes, especificamente, as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança articulam vários fatores que precisam ser levados em consideração na determinação de seus melhores interesses, incluindo:

- a importância de compreender e atender os direitos universais da criança (como articulado pela CNUDC) e as necessidades específicas de cada uma;
- equilibrar a segurança e bem-estar imediatos das crianças com seus cuidados em médio e longo prazo e suas necessidades de desenvolvimento;
- reconhecer os problemas associados a mudanças frequentes e a importância da permanência nas relações de cuidado;
- análise da ligação entre as crianças e seus familiares e comunidades, incluindo a importância de manter os irmãos juntos;
- problemas associados à assistência em instituições de grande escala.

Na avaliação dos melhores interesses, é importante considerar os pontos fortes das famílias, bem como os pontos fracos, para assegurar que os esforços máximos sejam feitos para reforçar as qualidades. Isto inclui uma avaliação das relações e não apenas uma consideração das necessidades materiais (ONU GA 2010).

Determinação do melhor interesse: Um processo formal com garantias processuais estritas concebidas para determinar o melhor interesse da criança em decisões particularmente importantes que irão afetá-la. A participação adequada da criança, sem discriminação, deve ser facilitada, envolver tomadores de decisão com áreas relevantes de conhecimento e equilibrar todos os fatores importantes, a fim de identificar e recomendar a melhor opção (UNHCR 2008).

Estudo social: O processo de ajudar uma criança/adolescente (e sua família) através de apoio direto e encaminhamento a outros serviços necessários, e as atividades que os trabalhadores sociais ou outros funcionários do projeto realizam no trabalho com crianças e adolescentes e famílias abordando suas preocupações com relação a sua proteção (McCormick 2011).

Trabalhador social / Equipe de atendimento direto: Qualquer membro da equipe ou voluntário que tem a responsabilidade de avaliar e acompanhar o progresso da criança/adolescente por meio dos estágios de reintegração (ou seja, o trabalho com a criança/adolescente).

Equipe de trabalhador social de atendimento Infantoadolescente: Uma variedade de trabalhadores - remunerados ou não, governamentais e não-governamentais - que servem o sistema de proteção social e contribuem para o cuidado das populações vulneráveis. O sistema de proteção social é definido como um sistema de intervenções, programas e benefícios que são fornecidos por agentes governamentais, da sociedade civil e da comunidade para garantir o bem-estar e a proteção dos indivíduos e famílias desfavorecidos social ou economicamente (Global Social Service Workforce Alliance, atualmente no website).

Fortalecimento Econômico: Medidas tomadas pelos governos, financiadores e executores para melhorar os meios de subsistência. Estes programas podem incluir o treinamento de habilidades, microcrédito ou micropoupança, esquemas de geração de renda, transferência de valores, desenvolvimento agrícola ou técnico, dinheiro ou comida em troca de trabalho, educação financeira, desenvolvimento de cadeia de valor, etc. (adaptado de Chaffin 2014).

Família: As famílias assumem muitas formas diferentes e podem incluir as crianças e adolescentes que vivem com um ou ambos os pais biológicos ou adotivos, crianças e adolescentes que vivem com padrastos e madrastas, crianças e adolescentes que vivem com membros da família, como avós, tias ou tios ou irmãos adultos e crianças e adolescentes vivendo com famílias compostas por membros mais distantes (Family for EveryChild 2014a).

Kafalá: O compromisso muçulmano de assumir voluntariamente a manutenção, a educação e a proteção de crianças e adolescentes, da mesma forma que um pai/mãe faria por seu/sua filho(a); permite a manutenção dos vínculos biológicos (ISS / IRC 2007).

Reintegração: O processo que envolve uma criança separada fazendo o que se espera ser uma transição permanente de volta à sua família nuclear ou extensa e à comunidade (geralmente de origem), a fim de receber proteção e cuidado e encontrar um sentimento de pertencimento e propósito em todas as esferas da vida (BCN et al. 2013).

Cuidados temporários de alívio: Cuidado planejado e em curto prazo dado a uma criança, geralmente com base no acolhimento ou cuidados residenciais, proporcionando um breve descanso à família (Tolfree 2007).

Reunificação/reagrupamento: A reunião física de uma criança e sua família ou cuidador anterior com o objetivo de se tornar permanente.

Proteção social: A proteção social é o conjunto de políticas e programas públicos e privados destinados a prevenir, reduzir e eliminar vulnerabilidades econômicas e sociais ligadas à pobreza e privação. (UNICEF, 2012).

REFERÊNCIAS

African Child Policy Forum, African Network for the Prevention and Protection against Child Abuse and Neglect, Environnement et Développement du Tiers-monde, International Social Service, Mouvement Africain des Enfants et Jeunes Travailleurs, Plan International, Regional Inter-agency Task Team on Children and AIDS, Regional Psychosocial Support Initiative, Save the Children, SOS Children's Villages International, Terre des hommes, UNICEF, and World Vision International (2013) *Strengthening child protection systems in Sub-Saharan Africa: a call to action. Joint inter-agency statement.* Nova Iorque: UNICEF.

Ashley, C., Holton, L., Horan, H. and Wiffin, J. (2006) *Family group conference toolkit: a practical guide for setting up and running an FGC service.* UK: DfES, Welsh Government and Family Rights Group. Disponível em <http://www.frg.org.uk/online-shop/publications/the-fgc-toolkit>

Associação Brasileira Terra dos Homens (2011) *Growing seeds. Network creation for the implementation of public policies regarding children and adolescents.* Brasil: ABTH.

Better Care Network, Child Protection in Crisis Network, Child Recovery and Reintegration Network, Family for Every Child, International Rescue Committee, Maestral International, Retrak, Save the Children, War Child Holland and Women's Refugee Commission (2013) *Reaching for home: Global learning on family reintegration in low and lower-middle income countries.* Londres: Family for Every Child.

Bilson, A. and Markova, G. (2014) *Overview report on the evaluation of the program 'Strategic deinstitutionalisation and child care reform in Bulgaria and Moldova'.* Bulgária: Know How.

Centre for Rural Childhood (2013) *Feeling and being a part of something better: Children and young people's perspectives on reintegration.* Reino Unido: Centre for Rural Childhood, and Home: The Child Recovery and Reintegration Network.

Chaffin, J. (2014) *The impacts of economic strengthening programs on children.* Nova Iorque: Child Protection in Crisis Network.

Child Protection in Crisis (CPC) Network (2013) *Children and economic strengthening programs: Maximizing benefits and minimizing harm.* CPC Network, Livelihoods and Economic Strengthening Task Force.

Cash Learning Partnership (CaLP), Save the Children, Women's Refugee Commission and CPC Network (2012) *Child safeguarding in cash transfer programming: A practical tool.* Londres: Save the Children.

Child Protection Working Group (2012) *Minimum standards in humanitarian action.* CPWG. Disponível em: <http://cpwg.net/?get=006914|2014/03/CP-Minimum-Standards-English-2013.pdf>

Child Protection Working Group (2014) *Inter-agency guidelines on case management and child protection.* Genebra: CPWG.

Corcoran, S. and Wakia, J. (2013) *Evaluating outcomes: Retrak's use of the Child Status Index to measure well-being of street-connected children.* Reino Unido: Retrak.

Emerging Markets Consulting for USAID (2015) *Promoting family-based care in Cambodia: Evaluation of child care reform projects*. Washington, DC: USAID.

Family for Every Child (2014a) *Towards a family for every child: A conceptual framework*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child (2014b) *Why care matters*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child and JUCONI (2014) *Strategies to ensure the sustainable reintegration of children without parental care*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child and Partnerships for Every Child Moldova (2014) *Longitudinal study of children's reintegration in Moldova*. Londres: Family for Every Child.

Global Social Service Workforce Alliance (current) *The social service workforce*. Disponível em: <http://www.socialserviceworkforce.org/workforce>

HCCH (2008) *The implementation and operation of the 1993 intercountry adoption convention: Guide to good practice* (HCCH 2008). Reino Unido: Family Law.

ICRC, IRC, Save the Children, UNICEF, UNHCR and World Vision (2004) *Inter-agency guiding principles on unaccompanied and separated children*. Genebra: ICRC. Available at <http://resourcecentre.savethechildren.se/sites/default/files/documents/2369.pdf>

International Social Service and International Reference Centre for the Rights of Children Deprived of their Family (2007) *Fact Sheet No. 50*. Genebra: ISS/IRC.

Laumann, L. (2015) *Household economic strengthening in support of prevention of family-child separation and children's reintegration in family care*. FHI 360.

Lovera, J. and Punaks, M. (2015) *Reintegration guidelines for trafficked and displaced children living in institutions*. Nepal: Next Generation Nepal.

McCall, R. B. and Groark, C. J. (2015) Research on institutionalized children: Implications for international child welfare practitioners and policymakers. *International perspectives in psychology: Research, practice, consultation*, Vol. 4 (2), April 2015, p.142-159.

McCormick, C. (2011) *Case management practice within Save the Children*. Londres. Save the Children.

RISE Learning Network (2016) *Monitoring and evaluation of reintegration toolkit*. Family for Every Child, Retrak and University of Bedfordshire.

Save the Children (2013) *Alternative care in emergencies toolkit*. Londres: Save the Children.

Schmid, J. E. and Pollack, S. (2009) *Developing shared knowledge: family group conferencing as a means of negotiating power in the child welfare system*. Practice 21 (3), September 2009: p.175-188.

Tolfree, D. (2007) *Child protection and care related definitions*. Londres: Save the Children.

UN (1989) *The United Nations Convention on the Rights of the Child*. Nova Iorque: United Nations.

UN (1990) *UN Rules for the Protection of Juveniles Deprived of their Liberty*. Nova Iorque: United Nations.

UN (2000) *The Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*. Nova Iorque: United Nations.

UN General Assembly (2010) *Guidelines for the Alternative Care of Children, GA Res 142, UNGAOR, Sixty-fourth Session, Supplement No. 49, Vol.I, (A/64/49 (2010)) 376*. Nova Iorque: United Nations.

UNHCR (2008) *Guidelines on determining the best interests of the child*. Genebra: UNHCR.

UNHCR (2011) *Field handbook for the implementation of UNHCR BID guidelines*. Genebra: UNHCR.

UNICEF, UNHCR, Save the Children and World Vision (2012) *A better way to protect all children: The theory and practice of child protection systems. Conference report*. Nova Iorque: UNICEF.

UNICEF (2012) *Integrated social protection systems: UNICEF social protection strategic framework*. Nova Iorque, UNICEF.

ANEXO 1.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES E AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

O processo para desenvolver as diretrizes envolveu os seguintes passos.

- Atualização da revisão da literatura realizada anteriormente pelo grupo inter-instituição de reintegração (BCN et al. 2013) para reunir as informações mais recentes sobre os processos de sucesso de reintegração.
- Exploração dos fatores que contribuíram para o sucesso das Diretrizes da inter-instituição e alimentação destes fatores no processo de desenvolvimento para estas diretrizes.
- Desenvolvimento das linhas gerais das diretrizes, seguido de uma reunião de dois dias para rever o esboço.
- Consultas sobre as Diretrizes com um total de 158 crianças e adolescentes e 18 jovens em três países.
- Desenvolvimento do primeiro esboço das Diretrizes e compartilhamento para comentários.
- Desenvolvimento do segundo esboço das Diretrizes e discussão durante uma série de encontros realizados durante uma semana em Moldova e Etiópia com uma gama de partes interessadas envolvidas no processo de reintegração. Reuniões presenciais mais curtas também foram realizadas em Ruanda e Nepal.
- Desenvolvimento do terceiro e quarto esboço das Diretrizes e compartilhamento para comentários.
- Finalização das Diretrizes e partilha, para aprovação.

A Tabela 2 abaixo apresenta o número de instituições e indivíduos que comentaram as Diretrizes. No total, 26 indivíduos participaram no nível global ou regional, e 101 no nível do país. Os que participaram no nível do país estavam envolvidos em processos de reintegração em mais de 20 países.

Tabela 2: Número de instituições/grupos e indivíduos que comentaram as Diretrizes

Tipo de agência/grupo	Número de agências	Número de indivíduos
Agência das Nações Unidas	2	7
Governo	8	13
Doador	3	5
Empresa de consultoria	2	4
ONGs internacionais	19	36
ONGs nacionais	26	40
Organizações religiosas	4	20
Universidades	2	2
Total	66	127

O processo para desenvolver as Diretrizes foi determinado por um grupo de 14 instituições presidido pela Family for Every Child incluindo representantes dos seguintes órgãos:

Better Care Network, CESVI , CPC Learning Network, ECPAT, Faith to Action Initiative, Friends International, Juconi Foundation, Maestral, Next Generation Nepal, Retrak, Save the Children, USAID, World Vision e UNICEF.

Além disso, um grupo de referência comentou sobre o teor das Diretrizes. Este grupo de referência consistiu de representantes das seguintes instituições:

Associação Brasileira Terra dos Homens, Bethany Global, Catholic Relief Services, Challenging Heights, Chab Dai, Child Fund Uganda, Children Unite, Comic Relief, CMMB-Kusamala Project, EveryChild, ECPAT-Filipinas, Global Social Services Workforce Alliance, Hope and Homes for Children, ISS-Suíça e EUA, KIWOHEDE, Le Strada, Lumos, Mission for Community Development, Partnerships for Every Child Moldova, Projeto Legal, Save the Children Zâmbia, Railway Children, Sanlaap, Shakti Samuha, Strive Initiative, Terre De Hommes, SOS Children's Villages International and SOS Children's Villages EUA, Undugu Society Quênia, World Vision, Women's Refugee Commission.

Indivíduos no grupo de referência são as seguintes:

Rebecca Surtees – Nexus Institute, Claire Cody – University of Bedfordshire, Luke Samuel Bearup – Deakin University.

Estas diretrizes foram aprovadas por:



O desenvolvimento destas diretrizes foi financiado por:

